

ELO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

• **Homenagem** Faleceu um dos sócios mais inconformados da ADFA. Mário Villa-Lobos é recordado por quem o conheceu.

página 11

• **Delegação** A criação de uma Delegação em Lisboa foi de novo debatida na reunião de sócios. As opiniões dividem-se.

página 8

• **Festa** Desde o início do mês que a ADFA está em festa de aniversário. Para não perder nada basta seguir o programa.

página 2

• **Concurso** O passatempo de fotografia lançado pelo ELO tem mais um vencedor. O nome e a foto nesta edição.

página 10



ADFA



PORTE PAGO

Director: António Carreiro Ano XXIII Mensário, Maio 1997 Nº264 Preço 140\$00

Reivindicação legislativa da ADFA decisiva na alteração da lei

Subsídio de desemprego para deficientes em serviço

Está pronta a alteração legislativa que possibilitará a acumulação do subsídio de desemprego com a pensão de invalidez aos deficientes militares em serviço. Vários anos depois da ADFA tentar alterar esta situação, o documento concorda com a argumentação jurídica da Associação. O despacho, emitido pelo Ministério da Solidariedade e Segurança Social, aguarda apenas a publicação em Diário da República.

última página

FARINHO LOPES



Andar, ver e ouvir na Expo '98

página 6 e 7

Viagem ao mundo da Guerra Colonial

Está já na fase de montagem um filme sobre a Guerra Colonial feito com base em testemunhos de associados da ADFA. Mais de vinte anos depois do fim do conflito, é a primeira vez que cidadãos e antigos combatentes poderão ver no ecrã a história tal como na realidade aconteceu.

página 5

Testemunhos da Associação ensinam História

Aproveitando as comemorações do 25 de Abril, algumas escolas secundárias organizaram colóquios e exposições sobre a Guerra Colonial. Em Coruche e Loures os responsáveis convidaram representantes da ADFA para que os alunos de História pudessem perceber o conflito.

página 8

Relatório de contas aprovado em Assembleia

Mais de cem associados votaram favoravelmente o relatório de contas do ano passado na Assembleia Geral Nacional Ordinária, em meados de Abril. Foi ainda aprovado o aumento de quotas e como agir para resolver a situação dos sócios com pagamentos em atraso.

página 9

Bragança anfitriã no aniversário da ADFA

As comemorações do 23º aniversário da ADFA são no Nordeste Transmontano. Na cidade de Bragança, Câmara Municipal e Governo Civil apoiam a Associação. É a união de esforços para que tudo corra como planeado na grande festa dos deficientes militares.

página 4

Ficha técnica

ELO

PROPRIEDADE

Associação dos Deficientes das Forças Armadas
Administração e Redacção
Av. Padre Cruz - Edifício ADFA
1600 LISBOA

Telefone: (01)7570502
7570583 / 7570645 / 7570702

Fax: 7571319

DIRECTOR

António Carreiro

CONSELHO DE REDACÇÃO

Armindo Roque, Carmo Vicente,
Jaime Ferreri, José Diniz, José
Maia, Patuleia Mendes, Sá
Flores, Victor Sengo.

REDACÇÃO

Miguel Martins (editor),
Nuno Crespo, Sabina Xavier Pina,
Farinho Lopes (fotografia),
Maria José (secretariado)

COLABORADORES PERMANENTES

Abel Fortuna,
Anabela Vieira, João
Gonçalves.

CONCEPÇÃO GRÁFICA
MAQUETAGEM

Miguel Peixe Dias

MONTAGEM E IMPRESSÃO

Imprinter SA, Rua Sacadura
Cabral, 26 Algés. Tel. 4198065

Gravação do ELO sonoro:
Centro de Produção de Material
da Segurança Social de Lisboa
e Vale do Tejo

Depósito Legal: 99595/96

Mensário distribuído
gratuitamente aos associados
em situação legal.

Assinaturas:

Anual: 1 400\$00.

Os textos assinados não reproduzem necessariamente, as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores.

Tiragem deste número

10 000 exemplares

Novos Associados

Dando cumprimento ao estipulado no nº4 do Artº8 dos Estatutos da ADFA, publica-se a relação dos candidatos a sócios efectivos.

- Domingos José de Sousa Moreira
- Nelson Simões de Almeida Correia
- Luís Miguel Cabral dos Santos
- Manuel Marques Cruz
- José Barbosa
- Carlos Maria Pereira de Figueiredo
- Cristovão Cardoso Pereira
- Sajum Jalo



O presidente da Direcção Nacional, Humberto Sertório, representou a ADFA na tribuna

Comemorações oficiais em Lisboa

Governo, associações e cidadãos lembram 25 de Abril

AS COMEMORAÇÕES OFICIAIS do 25 de Abril decorreram na Avenida da Liberdade, à semelhança dos anos anteriores. Logo de manhã, por volta das 9 horas, perante o olhar atento do Presidente da República, dos membros do Governo e de representantes de instituições civis e militares, bem como de muitos cidadãos anónimos que se deslocaram àquela artéria da Capital, teve início o desfile militar. Na tribuna, a ADFA esteve representada pelo

presidente da Direcção Nacional, Humberto Sertório.

No desfile, com viaturas usadas na Guerra Colonial, além da participação de elementos do Exército, Marinha, Força Aérea, Pupilos do Exército, alunos do Colégio Militar e Instituto de Odivelas, assistiu-se ainda a uma demonstração de aviões de guerra que sobrevoavam o local. Já no fim da manhã, o Presidente da República, Jorge Sampaio, que presidiu pela segunda vez

às comemorações oficiais do 25 de Abril, passou revista às tropas em parada (Marinha, Força Aérea e Guarda Nacional Republicana). Ainda no quadro das comemorações em Lisboa, foi inaugurado um monumento ao 25 de Abril, uma estátua da autoria do escultor João Cutileiro, no cimo do Parque Eduardo VII. A obra, um pequeno lago com um cravo dentro e uma espécie de fonte, ocupa todo o espaço entre os dois pilares no topo do parque. • S.X.P.

PROGRAMA DAS COMEMORAÇÕES DO 23º ANIVERSÁRIO DA ADFA

JA COMEÇARAM as comemorações do 23º aniversário da ADFA. O Nordeste Transmontano e Lisboa, serão durante os meses de Maio e Junho, os cenários das iniciativas, distribuídas por duas semanas, que darão continuidade à política associativa dos últimos anos. Uma exposição, actividades des-

portivas, colóquios ou um ciclo de conferências sobre a História de Portugal são propostas mais que suficientes para que o aniversário da Associação seja um sucesso. No entanto, a Direcção Nacional e as delegações da ADFA lembram que, só com a participação de todos isso será possível.

DIA 12 - SEGUNDA

LOCAL: Vinhais

08.30 horas

Colóquio na Escola Secundária de Vinhais.

Assunto: ADFA/Guerra Colonial/ Deficientes Militares e problemática da Reabilitação em Geral.

LOCAL: Bragança - Auditório Paulo Quintela - C.C.B.

18.00 horas

Colóquio sobre o Stress de Guerra

DIA 13 - TERÇA

Colóquio na Escola Secundária de Macedo de Cavaleiros.

Assunto: ADFA/Guerra

Colonial/ Deficientes Militares e problemática da Reabilitação em Geral

Colóquio na Escola Secundária de Abade/Baçal Bragança

Assunto: ADFA/Guerra Colonial/ Deficientes Militares e problemática da Reabilitação em Geral

Colóquio na Escola Secundária Emídio Correia / Bragança

Assunto: ADFA/Guerra Colonial/ Deficientes Militares e problemática da Reabilitação em Geral

DIA 14 - QUARTA

LOCAL: Bragança: Centro Cultural

de Bragança, Auditório Paulo Quintela

18.00 horas

Sessão solene do 23º Aniversário

DIA 15 - QUINTA

Colóquio na E. Secundária de Mirandela.

Tema: ADFA/Guerra Colonial/ Deficientes Militares e problemática da Reabilitação em Geral.

DIA 16 - SEXTA

LOCAL: Bragança: Centro Cultural de Bragança, Auditório Paulo Quintela

Seminário sobre as condições de integração Sócio-Profissional das pessoas com deficiência residentes no Distrito de Bragança.

DIA 17 - SÁBADO

Actividades Desportivas

10.00 horas

Avenida. Sá Carneiro em Bragança

Convívio integrado de Atletismo, em colaboração com a APAD, FPDD e aberto à população em geral sob o lema "Solidários na diferença".

14.00 às 18.00 horas

Pavilhão Municipal

Torneio de Basquetebol em cadeira de rodas

18.00 às 19.00 horas

Jogo de Futebol de 5 para cegos

DIA 18 - DOMINGO

LOCAL: Bragança

11.00 horas

Missa na Catedral de Bragança.

13.00 horas

Convívio Associativo, no NERBA - Núcleo Empresarial de Bragança.

Entrega de emblemas de prata aos trabalhadores e colaboradores da ADFA com 20 ou mais anos de serviço.

DIAS 2 A 6 DE JUNHO

LOCAL: Sede - Lisboa

Semana da História de Portugal

DIA 2 - SEGUNDA

21.00 horas

Prof. Dr. João Carlos Sena Martínez Pré-História

DIA 3 - TERÇA

21.00 horas

Prof. Dr. Pedro Barbosa História Medieval

DIA 4 - QUARTA

21.00 horas

Prof. Dr. Borges Coelho História Moderna

DIA 5 - QUINTA

21.00 horas

Prof. Dr. Dias Farinha Expansão / Descobrimientos

DIA 6 - SEXTA

21.00 horas

Prof. Dr. António Ventura

História Contemporânea

Reunião da Direcção Nacional com os sócios

Dia 23 de Maio a Direcção Nacional convoca todos os associados para uma reunião de sócios na Sede, em Lisboa. O encontro está marcado para as 20h30 e tem a seguinte ordem de trabalhos: Reivindicações Legislativas; 2. Informações de carácter geral.

Consultas no Porto

As consultas de próteses e ortóteses Hospital Militar do Porto realizam-se nos dias 14 e 28 de Maio; 11 e 25 de Junho; 9 e 30 de Julho; Agosto (as datas estão marcadas); 10 e 24 de Setembro e 29 de Outubro; 10 e 24 de Novembro; 10 de Dezembro.

Encontro nacional 2+4

Realiza-se no dia 24 de Maio, na Delegação da ADFA do Porto, um encontro de todos os grandes deficientes (paraplégicos e tetraplégicos) e seus familiares mais chegados.

Almoço convívio

No dia 29 de Maio realiza-se um almoço de confraternização com associados em Paredes e Paços de Ferreira.

Reunião em Viana

Dia 31 de Maio, pelas 15 horas, a Direcção da Delegação do Porto reúne-se com um grupo de associados em Viana do Castelo.

Viagem a Madrid

A Delegação do Porto da ADFA, está a organizar uma viagem a Madrid, passando por Toledo e Segóvia. A viagem que decorrerá de 7 a 10 de Junho, inclui visitas aos principais monumentos das cidades, com a orientação de um guia turístico. Esta é uma iniciativa de âmbito nacional. Para obter mais informações, os interessados devem contactar a Delegação da ADFA no Porto.

Informações

Selo do carro

Devido a dificuldades dos serviços oficiais, o imposto municipal sobre os veículos, vulgarmente conhecido por selo do carro, não está a ser pago durante o mês de Maio como é habitual. No próximo número do ELO contacte já poder avançar com a data.

Serviço de Ambulâncias

No final de Março, a Associação celebrou um acordo com a TAGUS (serviço de ambulâncias) para regular os serviços de transporte de doentes a prestar aos beneficiários da ADFA. Mediante apresentação do cartão de sócio (válida e actualizado), juntamente com declaração médica para o transporte em ambulância, os serviços podem ser solicitados, para a área de Lisboa e arredores, à sede da Ambulâncias Tagus Lda. pelo telefone 478 43 33.

Flores do Lumiar

A propósito das comemorações do 25 de Abril, um grupo de moradoras do Lumiar, conhecido por Mulheres do Lumiar, entregou na ADFA um ramo de cravos em homenagem aos militares responsáveis pelo fim da Guerra Colonial e pelo 25 de Abril.

De novo a honra



António Carreiro

Foi o sonho. Um começar a acreditar. Uma incredulidade do "não pode ser!" sabendo-se já que é. Uma corrida. Uma alegria a

jorrar. Uma esperança a moldar-se. Uma cavalgada. Uma contenção impossível. Um grito. Uma explosão de vida e de lágrimas. Lágrimas. Lágrimas.

Era verdade.

E o entusiasmo era tanto que começou a construir. Sem planos. Atabalhoadamente. O ideal estava aí, nas mãos de todos.

Solta-se a raiva, ultrapassa-se a amargura, dá-se largas à revolta. Mudam-se as atitudes. Alteram-se comportamentos. Sofrem-se contrariedades. Adoça-se o ânimo. Encontra-se a serenidade. E o ideal permanece. E vem por aí, anos fora, nas nossas mãos. E anda e pára e sobe e desce e anda e pára e anda e pára ... Mas o sonho acalenta-o. Livre e liberto. Puxa pela pessoa. Atrai. Apaixona.

Foi o despertar da dignidade. Fazem-se leis. Ouvem-se "Velhos do Restelo". Agita-se todo o tecido social. Consolida-se uma nova ordem. Ganha-se confiança. Deixam-se miserabilismos.

Vêm-se por aí. Pela vida fora a construir o Respeito. Entra-se no mundo. Sentimo-nos iguais. Reivindicam-se. Aprende-se. Manifestações. Greves. Votos. Partidos. África. Programas. Votos. Comissões. Comunicação. Debate. Comunicação. Debate. Votos. Referendo? Constituição. Revisão. Garantias. Regiões. Autarquias. Votos. Europa. África. Cooperação.

Adquire-se bom senso. Ensina-se aos filhos o valor da liberdade, da dignidade da pessoa humana. Pouco.

Nem tudo é perfeito e a obra estará sempre inacabada. Alguns falarão até de frustração. De pouca justiça social. Têm razão. Educação? Saúde? Segurança Social? Emprego? Habitação? Igualdade de oportunidades?

E os deficientes? E a sua efectiva reabilitação e integração? E o apoio às suas organizações? Caminho árduo. A percorrer. Longo. Longo ...

Devia fazer-se muito mais. A solidariedade perde-se muitas vezes e demora a encontrar-se. Mas há séculos que não se desiste. A perseverança acompanha-nos. E agora estamos de cabeça erguida. Pela força dos cravos. Há vinte e três anos. ●



A droga também mata ciganos

Jaime Ferreri

Há ciganos e ciganos...
Por isso mesmo continuarei
a ter do cigano ainda
a visão que o meu amigo
tão humanamente me deu.
Eu sou um não cigano,
para que conste...
mas no grupo dos não ciganos
há também homens
que miseravelmente
mercadejam droga,
fomentam a prostituição,
traficam mulheres.

que os não ciganos lhe ofereceram de miragem não desgraça apenas os jovens que o compram. Esse pó está também a miná-los por dentro, a destruir-lhes essa forma especial de serem gente, com as suas regras, a sua tradição, o seu viver diferenciado.

Por esse pó que se suspeita e nalguns casos existe, por esse crime nem sempre crime, pelo nome cigano que a todos baptiza, há inocentes perseguidos, há homens ciganos a servir de bodes expiatórios em arrogâncias de políticos a quem falta o valor mas sobra a palavra eleiçoira, fácil e impunemente dirigida a quem nem sempre consegue a força ou a razão para defender-se. Deviam antes reclamar do estado, mais estado, para punir os que abusam, os que atropelam as leis, a integridade e os bens alheios.

Por isto tudo haverá sempre

quem estenda frontalmente a mão ao governador civil de Braga, Dr. Pedro Bacelar de Vasconcelos. Pela liberdade dos ciganos do seu distrito, pela posição que toma ao defender os presumidos inocentes, pela coragem que se lhe sente ao reclamar castigo apenas para quem o mal pratica eu também daqui lhe estendo a mão. Alguns dos que lhe apontam o dedo, dos que concordaram e até pelas costas deram cobertura à manifestação do passado 25 de Abril a exigir a sua demissão, só iriam perceber o erro se um dia um filho seu se perdesse também nos caminhos "fáceis" da droga e uma turba furiosa lhes invadissem a casa, lhes destruísse os bens, exercesse vindicta sobre todos os elementos da família como se todos não fossem mais que um bando de criminosos. Talvez lhes faltasse a coragem para voltar de novo a incitar o povo à rebeldia, talvez o senso comum (cada vez mais raro) os fizesse pensar que amanhã o feitiço se pode virar contra o feitiçeiro e que as armas "imorais" que se usam agora para conquistar o poder possam servir noutra dia simplesmente para dele serem afastados.

Há ciganos e ciganos... Por isso mesmo continuarei a ter do cigano ainda a visão que o meu amigo tão humanamente me deu. Eu sou um não cigano, para que conste... mas no grupo dos não ciganos há também homens que miseravelmente mercadejam droga, fomentam a prostituição, traficam mulheres. Outros existem a praticarem os mesmos crimes menores que muitos apenas atribuem aos ciganos. É por isso que o país precisa cada vez mais de justiça, uma justiça célere que leve o cidadão a confiar nos tribunais, no acabar dos processos demorados que desesperam e de vez termine o pseudo-direito de cada um se arrojar de justiceiro em causa própria. ●



Seitas,
ou talvez
não?!

Victor Sengo

Face ao assunto tão polémico, quão extenso que o nosso amigo zangão nos trouxe, tivemos que optar por, não só resumir como eliminar o diálogo que, inevitavelmente se estabelece.

- "Está em preparação uma Lei que irá estabelecer o que são Igrejas e o que são Seitas.

É um assunto de extrema delicadeza.

Igreja é uma palavra que deriva do grego «Ecclesia», isto é, assembleia; congregação; comunidade.

Seita significa separação; comunidade ou grupo que se separa de uma religião ou congregação religiosa, etc.

Após esta breve, mas creio que necessária, introdução vamos ao nosso assunto principal.

Desde tempos imemoriais que apenas, a Igreja Católica Apostólica Romana usufruiu de uma série infindável de benesses governamentais que vão desde avultadas quantias em dinheiro, terrenos, isenções de direitos aduaneiros, lugares de destaque em cerimónias oficiais, etc.

Todos os que discordam das práticas dessa Igreja são rotulados de «sectários».

Curiosamente a Igreja de Roma começou por ser uma seita. Ou melhor. Não a Igreja de Roma mas a sua antecessora, a Igreja de Jerusalém onde se realizou o primeiro Concílio. Eram então os membros da «Seita do Nazareno», que mais tarde, em Antioquia, passaram a ser designados por Cristãos (do grego Christos, ou na forma popular Chrestos).

O próprio São Paulo, quando em Cesareia foi levado perante o governador Félix foi acusado de «...ser uma peste, criar conflitos (...) e ser um dos da linha da frente da seita do Nazareno»

Se recuarmos um pouco na base do Cristianismo chegamos a Abraão (ab hamôn que significa pai de multidões). Assim nasceu a denominada religião Judaica. Desta, por separação (seita) nasceram as religiões Cristã e Maometana.

Facilmente concluímos que, a Igreja de Roma ao decretar as «cruzadas» mais não fez que fomentar uma guerra fratricida. Mais tarde repetiu a «proeza» com a inquisição.

Ora O PAI CRIADOR, certamente não terá ficado nada feliz ao verificar que os descendentes do homem com quem estabeleceu a Aliança, foram protagonistas de tão bárbaros acontecimentos.

Alguns desses intervenientes têm lugar em altares...

Na Bíblia Sagrada está escrito que «...temos um Sumo Sacerdote - Jesus o Filho de Deus...». Apesar disso o bispo de Roma é mais conhecido por papa, sumo pontífice ou santo padre.

Vejam: um homem é eleito santo padre. Após a sua morte é elevado à dignidade de Santo. Aritmeticamente esse homem será santo ao quadrado.

Voltemos à Lei que está para ser discutida e/ou aprovada.

Se um grupo de cristãos se reunir num determinado local para orar a Deus, não constituem uma «ecclesia»? E se esse mesmo grupo nomear um seu representante, não é válido?

Está claramente escrito na Bíblia que Jesus disse «...onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, EU estarei entre eles ...». Diz-nos também que o representante da comunidade deve «...ser esposo de uma só mulher, cujos filhos tenham fé(...) não deve ser presunçoso, nem ávido de lucro...»

Embora modestamente, era minha intenção contribuir de alguma forma para a reflexão em tão delicada matéria. Contudo o espaço não pode ser alongado... ●

Jantar tradicional

Realizou-se no dia 27 de Março o habitual jantar/convívio dos sócios de Vila do Conde e da Póvoa do Varzim. O encontro, já com grande tradição, contou com a presença de cerca de meia centena de sócios e familiares. À semelhança de anos anteriores, a iniciativa serviu também para rever amizades antigas e recordar histórias da guerra. No evento estiveram também a Direcção e o presidente da mesa da Delegação do Porto.

Reuniões descentralizadas

A Delegação do Porto realizou um conjunto de reuniões descentralizadas - dia 9 de Abril em Chaves e dia 12 na Lixa e em Vila Real - com o objectivo de dar a conhecer aos sócios as conclusões da Assembleia Geral Nacional, de dia 22 de Março, na Delegação do Porto. O conteúdo da proposta vencedora da assembleia, apresentada pela Direcção Nacional, que vai dirigir a política associativa da ADFa, nomeadamente no que diz respeito às questões reivindicativas, foi divulgado a mais de 150 sócios que participaram nestes encontros.

Debater a guerra

A Escola Secundária de Vila Verde organizou dia 22 de Abril, no auditório da Biblioteca Municipal Dr. Machado Vilela, uma palestra subordinada ao tema da Guerra Colonial. A iniciativa partiu do grupo de professoras estagiárias da disciplina de História da Universidade do Minho e foi orientada por Teresa Vilela. A palestra contou com a presença de elementos da Associação como Jaime Ferreri, Abel Fortuna (presidente da Delegação do Porto), Anquises de Carvalho (presidente da Delegação de Famalicão), Luís Mota Ribeiro, Mota Vieira e José Manuel Lage. Ainda na Biblioteca Municipal, paralelamente ao colóquio, foi organizada uma exposição iconográfica sobre o mesmo tema.

Protocolos em Famalicão

A Delegação da ADFa em Famalicão assinou recentemente protocolos com cinco empresas da zona. No âmbito do estabelecido entre a Associação e as firmas, os sócios podem agora beneficiar de descontos ou condições especiais em diversas áreas: entre 25 e 45 por cento na Pneu Lino (Famalicão), 15 por cento no oculista Ouroarte (Famalicão), 10 por cento na Electrocelos (Barcelos), vantagens na Companhia de Seguros Royal Exchange e também na aquisição de automóveis através da Garagem das Oliveiras (Porto). Os associados interessados em receber mais informações sobre os protocolos devem contactar a Delegação de Famalicão.



O Nordeste Transmontano foi o cenário escolhido para celebrar o 23º aniversário da Associação

Aniversário da ADFa

Bragança prepara comemorações

O CENÁRIO escolhido este ano para as comemorações do 23º aniversário da Associação foi o nordeste transmontano, mais concretamente, Bragança. O desafio para que as comemorações se realizassem a norte foi lançado pelo Governador Civil da cidade, Paz Dias, que tem dado um importante apoio à realização do evento. É que ele próprio foi combatente na Guerra Colonial e diz ter pelos Deficientes das Forças Armadas "uma grande simpatia". O Governador sublinha ainda a "necessidade de rentabilizar e humanizar os próprios deficientes para que possam, sem qualquer complexo, ser cidadãos de pleno direito, integrados na actividade normal social".

A Câmara de Bragança também não deixou de manifestar solidariedade e apoio à comemoração do 23º aniversário da ADFa. Segundo Luís Mina, Presidente da autarquia, "o município está receptivo a apoiar qualquer tipo de instituição, quer esteja ligada à deficiência ou não. Entendemos que devemos apoiar as instituições quando elas querem, não viver à custa de subsídios, mas criar estruturas para poderem subsistir e desenvolver o seu trabalho".

A delegação de Bragança da ADFa,

que conta com cerca de 200 sócios, tem vindo a assumir um papel de grande importância junto da população bragançana. Constituída a 22 de Junho de 1975, a Delegação viu-se forçada a fechar as suas portas entre Janeiro e Outubro de 1976. Uma ruptura relacionada não só a divergências com a política seguida pelos Órgãos Nacionais da altura, mas também devido a problemas internos, uma vez que a Delegação estava a ser conotada com ideais políticos que em nada eram compatíveis com o pensamento da população em geral, sendo por isso considerada *persona non grata*.

Resolvidas as questões internas, e verificando-se uma maior identificação com a política nacional da ADFa, a Delegação de Bragança voltou a abrir as portas em Outubro de 1976. No entanto, de acordo com Domingos Seca, director e funcionário, "a Delegação sempre foi o parente pobre da Associação. Só uma única vez, há dez anos, a Direcção Nacional deu um subsídio extra a Bragança". Domingos Seca afirma que a Delegação nasceu do zero "começou com uma cadeira roubada e com uma máquina de escrever que ninguém sabe de onde veio". Contudo a evolução é notória: depois de já ter mudado três vezes

de instalações, a Delegação da ADFa mais a norte do país ocupa agora um espaço cedido pela Câmara Municipal por um período de 50 anos.

É nas actuais instalações que se encontra o Centro Ortopédico. A funcionar desde 1989, o projecto foi criado com dois objectivos distintos: por um lado no sentido de apoiar os sócios e familiares e, pelo outro, como forma de angariação de fundos para que a Delegação possa sobreviver. Ainda que o Centro Ortopédico não tenha um movimento muito intenso a sua existência é fundamental. Ao servir uma área geográfica bastante alargada, o centro facilita os sócios dos concelhos vizinhos na aquisição de produtos ortopédicos, que de outra forma teriam que ser comprados no Porto.

Apesar dos sócios se encontrarem geograficamente dispersos a sua união é visível. É prática da Delegação de Bragança comemorar o seu aniversário um ano em cada concelho e, embora distantes, os sócios comparecem em massa. É a partir deste pressuposto que Domingos Seca prevê que "a comemoração do 23º aniversário da ADFa em Bragança vai ser um grande sucesso".

Anabela Vieira

Associação presente na cerimónia

Homenagem ao soldado desconhecido na Batalha

O SOLDADO desconhecido foi uma vez mais homenageado no dia do combatente, 9 de Abril. A cerimónia, organizada pela Liga dos Combatentes (LC), realizou-se no mosteiro da Batalha e foi presidida pelo secretário de Estado da Defesa Nacional, José Pereira Gomes, em representação do ministro da Defesa. Após as honras militares, foi celebrada uma missa pelos soldados portugueses mortos em combate. Themudo Barata, presidente da Comissão

Portuguesa de História, referiu o respeito que se deve aos "homens que deram a sua vida em defesa do bom nome de Portugal". Estiveram presentes na cerimónia as altas patentes das Forças Armadas, representantes das instituições de ensino militar, associações de antigos combatentes (portuguesas, francesas e britânicas), adidos militares em Portugal e autoridades civis. Além do Núcleo de Alcobaça - que transportou o estandarte da ADFa -, a

Associação esteve representada por Jorge Maurício e Hugo Guerra. Esta foi a 61ª vez que a Liga comemorou o dia do combatente em memória dos soldados portugueses mortos na batalha de La Lys, durante a I Guerra Mundial. José Soares da LC explicou que "embora desde 1988 o objecto da comemoração fosse extensivo a todos os combatentes que deram a vida pela nação portuguesa, o espírito prevalece".

Sócios falecidos

Aos familiares e amigos dos sócios falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

José de Sousa Bastos

Sócio nº 8527
49 anos
Faleceu no dia
11/02/97



Residia no Porto, deixa viúva Dª Conceição Rodrigues Leitão e um filho órfão. Teve acidente em instrução, em 1968, em Penafiel, de que resultou fractura de vértebras dorsais (15%).

Ramiro da Silva Campos

Sócio nº 3065
50 anos
Faleceu no dia
24/03/97



Residia em São Pedro de Avioso no concelho da Maia, deixa viúva Dª Isilda da Silva Moreira, e um filho órfão. Teve acidente em campanha, em 1969, na Guiné, de que resultaram várias deficiências (76,2%).

Maria dos Anjos

Sócio nº 11033
Faleceu no dia
19/03/97



Residia no Sítio da Chamourra, Ribeira Brava, na Ilha da Madeira. Era mãe do soldado Norberto Cláudio Fernandes dos Reis, desaparecido, em Angola, em 1974.

Carlos da Silva Oliveira

Sócio nº 5136
50 anos
Faleceu no dia
05/03/97



Residia em Rio Mau no concelho de Vila do Conde, deixa viúva Dª Maria Amélia da Silva Figueiras e três filhos órfãos. Teve acidente em campanha, em Moçambique, em 1969, de que resultou amputação de membro inferior (60%).

Serviços na Delegação do Porto

SERVIÇOS SOCIAIS

Assistentes: Sónia Aguiar, Rogério Nascimento

SERVIÇO DE ACÇÃO SOCIAL

Segundas Feiras - das 14H00 às 17H00

Quintas e Sextas feiras - das 10H00 às 12H00

Assistentes: Carla Gradim, Isabel Sousa

GABINETE JURÍDICO

Responsável: Drª. Manuela Santos

BAR / RESTAURANTE

Almoços: dias úteis e primeiros sábados de cada mês

CONSULTAS SOBRE STRESS DE GUERRA

Médico: Dr. Gustavo Wallenstein

Marcações: Sónia Aguiar, Rogério Nascimento

COMPRA DE VIATURAS COM ISENÇÃO DE IMPOSTOS

Assistente: Elizabete Couto

CAMPO DE JOGOS

Domingos de manhã. Outras datas: João Coelho

CONTACTOS:

Tel: (02)820403 / (02)820744 Fax: (02)825242

VEÍCULOS A DIESEL AUTOMÁTICOS ISENTOS DE CARTA DE CONDUÇÃO



Evasão

Fabricação e comércio de veículos isentos de carta de condução. Venda de veículos novos e em segunda mão. Estrada dos Cardais - 3840 VAGOS. Tel. 034-799 00 50 Fax 034-793 850

Contactar ADFa - Alberto Pinto tel. 01-757 05 02/83 ou 01-7



Filme da Guerra Colonial retratado desde o nascimento da ideia

O grande lagar da ira

TUDO COMEÇOU num jantar, em casa de um casal amigo, onde estava outro amigo. Este, por acaso, realizador/cineasta da RTP e, ainda durante os aperitivos, lambuzamos o tema que nos iria levar nesse dia até as tantas da manhã do outro dia.

O tema era a guerra colonial e as suas consequências, tema para mim velho, vivido e sofrido, para ele, realizador, António Faria, a mesma coisa.

A empatia gerou-se naturalmente criando-se um clima de cumplicidade, para a necessidade de se fazer alguma coisa, pelo tema, já que até ao momento nada ou quase nada se tinha feito nas áreas da televisão e do cinema.

A motivação era enorme e mesmo àquela hora da manhã quando cheguei a casa a minha preocupação foi ir consultar o dicionário para saber o que queria dizer a palavra guião, mas a ajuda foi nenhuma, não era com certeza, um standarte, ou um pendão que vai à frente nas procissões e muito menos uma ave da família dos turnícidas.

Com toda a minha boa vontade, juntei meia dúzia de palavras numa folha de papel A4, com os tópicos daquilo que pensava ser um guião para um filme de televisão e fi-la chegar rapidamente às mãos do António Faria.

Sinceramente estou por saber qual teria sido a sua verdadeira reacção ao ver aquela folha de papel, possivelmente teria dito para consigo "este gajo está a gozar comigo". Todavia ele sabia bem que cada palavra que ali estava era suficientemente pesada e significativa para quem passou pela guerra, de facto quando se proponha fazer um episódio sobre as partidas, o sentido não era bem como quem vai de férias para a serra Nevada ou para o Sul de França, mas sim um desfazer de sonhos, toda a angústia da separação de pais e filhos de maridos e mulheres, todas as ansiedades e angústias do mundo, sentidas e sofridas para quem parte para uma guerra. E foi

justamente assim que o António Faria defendeu a sua dama (o nosso filme) juntamente a quem iria proferir o amém nos serviços da RTP, o Sr. José Manuel Barata Feyo.

Luz verde ao fim de 23 anos

À velocidade normal, o referido senhor decidiu então que se fizesse de imediato um filme de uma hora e se apresentasse um guião para uma série de treze episódios. Era a luz verde que aparecia ao fim de 23 anos da nossa existência (ADFA) para passar ao celulóide a saga de um milhão de Portugueses que durante 13 anos estiveram envolvidos em três frentes de guerra no ex-Ultramar português. Era um desafio enorme que se nos punha, mas que o tínhamos que enfrentar, por dever e respeito a nós e à memória de todos aqueles, os que por terras de África por lá ficaram.

Pertencia na altura ao Conselho Fiscal Nacional e então sugeri à Direcção Nacional (DN) que se formasse um grupo de trabalho, para que se pudesse levar por diante tal tarefa. Desse grupo de trabalho, saiu o guião para o filme de uma hora, feito quase na íntegra, pelo então Presidente da DN, Lavouras Lopes. Limitei-me somente a pegar no seu original e enchê-lo de palha, para que o volume fosse maior. Obra que foi devidamente registado na Direcção Geral dos Espectáculos, ficando assim de forma singela mas significativa como uma referência histórica para a nossa Associação.

Foi então nomeado o Jorge Maurício para dar apoio logístico de rectaguarda e eu como operacional do autor (ADFA), acompanhando todas as filmagens e tratando da ligação com os técnicos da RTP.

De início (antes de começarmos as filmagens) tinha-se dito ao António que o normal seria filmar 5 horas para delas se

aproveitar uma, no final do segundo dia, que possivelmente teríamos que fazer umas 15 horas, tal era a quantidade de material disponível. Acabámos as filmagens com perto de 80 horas filmadas para serem reduzidas à tal hora de filme útil. E aqui se levantam problemas tremendos, obviamente de realização. Nunca, segundo os técnicos, aconteceu tal coisa. Por outro lado, o realizador afirma que cada depoimento, e eles são 116, daria para fazer um filme. O guião apresentado se calhar pouco vai servir, isto porque entretanto foram surgindo temas e problemas demasiadamente importantes para não serem contemplados. A certeza é só uma a RTP tem neste momento depoimentos únicos (que nenhuma estação de televisão do mundo desdenharia ter) que lhe proporciona ter uma visão daquilo que foi a guerra colonial e as suas consequências. Sob este aspecto podemos morrer descansados, deixámos aos historiadores um documento vivo para que possam trabalhar sobre o que foi uma boa parte da saga deste milhão de portugueses durante os 13 anos da guerra colonial.

Empenhamento total pela realidade

Quanto ao filme, já tem título, quanto ao resto se verá! Da nossa parte houve um empenhamento total, tudo demos e fizemos para que se ficasse com a ideia da realidade da guerra que nós fizemos o que tínhamos que fazer, os artistas da imagem e os historiadores que façam o resto.

Mas tudo o que disse até agora não passou dum fait-divers, relativamente à questão fundamental que me levou a escrever algumas palavras sobre esta minha experiência de 6 meses de trabalho, que foi o contacto com mais de uma centena de associados, esses sim os verdadeiros artistas de toda esta história.

De início ficou combinado, entre nós e a realização, que se dispensaria na equipa a presença de qualquer jornalista, pois, entendíamos que a condução da captação dos depoimentos seria muito mais natural e profunda se da parte de trás da câmara tivesse um amigo, uma pessoa com alguma experiência e vivência da guerra. Assim como quem estava mais à mão era eu, avancei. Quero-vos dizer que nunca tinha entrevistado ninguém, nunca tinha entrado num estúdio de TV, nem sequer encarado as câmaras, ou toda a azáfama de acertar o som, a iluminação ou a imagem, o que era andar de casa em casa a montar e desmontar um estúdio, o que era almoçar às 10 da noite ou chegar à cama de qualquer pensão ou hotel às três da manhã, completamente exausto, tanto física como psiquicamente.

Mas que pequenez comparar tudo isto com a dor, o drama a angústia e ansiedade de quem iria lembrar e reviver a sua saga de há 25 ou 30 anos, para a maioria foi confidenciar e partilhar pela primeira vez a sua experiência e não foram poucos os que, em pranto, deixaram cair as lágrimas pela cara abaixo.

É evidente que não só pelo facto do material recolhido ser reservado, como também pelo respeito e admiração que todos (sem excepção) os que tiveram a coragem de se pôr à frente da câmara merecem, não vou referir este ou aquele caso de maior intensidade ou dramatismo. Mais ou menos curioso, mais ou menos absurdo, quero somente expressar por esta via, publicamente, a todos vós um bem hajam por tudo aquilo que me ensinaram, pela vossa coragem, pelo sentido de abnegação de luta na adversidade, pela resistência à dor e ao sofrimento, pelo humanismo pela solidariedade, pela grandeza de alma que todos demonstraram.

Podem crer que fiquei rico no fim deste trabalho, não materialmente (pois

não recebi um tostão) mas esta riqueza amealhada com o contacto com vocês, podem querer que não há nenhum dinheiro no mundo que a suplante.

Um trabalho de equipa

Quero ainda contudo fazer algumas referências, em primeiro lugar à total disponibilidade demonstrada por todas as direcções das delegações. Aos técnicos da RTP, nomeadamente ao câmara Manuel Patrício e ao assistente Luís Corte Real, para estes, que não cumprindo horários de trabalho, superando por vezes grandes dificuldades pessoais, sempre colaboraram de forma admirável, nunca demonstrando má vontade e sobretudo denotando um brio, um carácter e um empenhamento profissional que só dignificou a empresa onde trabalham. Ao realizador António Faria a quem tudo isto se deve, não lhe agradeço nada, porque já faz parte de nós e da nossa história.

Por último, um agradecimento especial à minha mulher, que fez de relações públicas da ADFA e que nos bastidores ouvia pais, mães, mulheres e filhos dos que participaram, pena foi que não tivesse consigo uma equipa para registar o som e a imagem das histórias e dramas vividos por todos aqueles que foram por vezes os que mais sofreram "calados" e continuam a sofrer, as consequências da guerra colonial, que somos nós.

No momento em que entrego à redacção do Elo este artigo para publicação, encontramos-nos há 15 dias em trabalho de montagem e quero salientar o profissionalismo e o excelente espírito de colaboração do técnico de montagem Pedro Santos. O filme está longe de o ser! São muitos os problemas éticos e morais que se levantam em cada fotograma que o realizador pretende seleccionar. Que Deus o ajude. ●

Carlos Alberto Mendes

Departamento de Apoio aos Sócios

Gabinete Jurídico

Dr. António Carreiro

3ª e 5ª feira

das 14H00 às 18H00

Marcações: Helena Afonso

Serviço de Acção Social

Drª. Judite Cordeiro

2ª, 4ª e 6ª até às 17H00

Marcações:

Secretaria / Atendimento

MG CRÉDITO INDIVIDUAL

Para ter
basta
querer



Para ter automóvel, equipamento informático, mobiliário, electrodomésticos, fazer obras em casa, viagens, férias, etc., etc., basta querer.

Com o MG Crédito Individual tem todo o crédito de que necessita, sem burocracias e com as melhores condições.

Dirija-se aos Balcões do Montepio Geral e... boas compras.



MONTEPIO GERAL

HÁ VALORES QUE DURAM SEMPRE



FOTOS: FARINHO LOPES

No edifício da Parque Expo, algumas decisões ainda estão nos dossiers

Expo'98 garante infra-estruturas para receber visitantes deficientes

Uma exposição a ver, para crer

Nuno Crespo

A um ano da abertura da Expo'98, numa altura em que muitos dos edifícios já são uma realidade e os espaços públicos do recinto começam a ganhar forma, a Parque Expo assegura que tudo estará preparado para receber visitantes deficientes. No entanto, nesta área há ainda muitas questões por resolver e os responsáveis avançam que se, no final, alguma coisa não for concretizada será porque "os custos da Exposição já são muitos".

Nos pavilhões e espaços públicos do recinto da Exposição Mundial de Lisboa os acessos para deficientes ainda não se vêm. Mesmo na obra actualmente mais avançada - o Oceanário - além do espaço onde serão instalados os elevadores, nada está construído. A maior parte das infra-estruturas serão feitas no ano que falta até à abertura da Exposição, a 22 de Maio de 1998.

"Todos os edifícios e espaços públicos da Expo'98 estarão preparados para receber visitantes deficientes com o máximo de conforto possível", afirmou ao ELO Teresa Casal Ribeiro, directora do gabinete de imprensa da Parque Expo - empresa responsável pela gestão da Exposição e do projecto de regeneração urbana que lhe está associado (ver caixa). Garantindo não existir qualquer problema em relação às acessibilidades do recinto da Exposição pois "desde o início dos trabalhos que foram adoptadas normas para o efeito, em conformidade com as indicações da União Europeia e com a legislação portuguesa sobre a matéria", a mesma responsável acrescenta ainda que "foram também consideradas as normas

técnicas" divulgadas pelo Secretariado Nacional de Reabilitação (SNR), no âmbito do projecto Proacesse (programa europeu de sensibilização da sociedade para o problema das acessibilidades), bem como "as contempladas no European Manual for Accessibilities" (conjunto de conceitos gerais sobre princípios fundamentais mas que não está completo por causa de divergências entre os Estados-Membros).

Há um ano atrás, em declarações ao Correio da Manhã, o arquitecto Luís Viana Baptista, da Direcção de Serviços, Planeamento e Gestão Urbanística da Expo'98 explicava que a Parque Expo tinha ficado sensibilizada para o problema das pessoas com mobilidade condicionada desde que participara num seminário realizado em 1993 pelo departamento de Acção Social da Câmara de Lisboa e pelo SNR - na altura, o projecto da Expo'98 estava na fase inicial - e que só cerca de um ano depois, num outro seminário, a Parque Expo percebeu que estava a cometer um erro sério, ao resolver apenas os problemas dos deficientes motores, sem contemplar os das pessoas invisuais

ou com dificuldades de audição. Na notícia publicada no Correio da Manhã o arquitecto da Parque Expo anunciava então que, entre outras medidas, no espaço público da Exposição, dentro do recinto propriamente dito, não existirão lancis, os edifícios terão todos rampas, nas zonas exteriores existirão passadeiras rebaixadas, a dimensão dos separadores de atravessamento de passadeiras nunca ficarão com uma largura inferior a 1,20 metros e que, fora do recinto da Exposição, a Gare do Oriente terá elevadores que os deficientes poderão utilizar para acesso ao Metropolitano.

Matérias indefinidas

Relativamente às medidas previstas para os deficientes visuais ou auditivos, a única coisa que o ELO conseguiu apurar junto da Parque Expo, depois de algumas informações contraditórias, foi que essa matéria "está ainda por definir". Ou seja, Teresa Casal Ribeiro disse estarem ainda em estudo "a criação de folhetos informativos e colocação de placas de orientação - dentro do



Nesta fase, os acessos para deficientes ainda não são visíveis



A organização garante que os deficientes poderão visitar o oceanário



Segundo a Lei, o Pavilhão

O projecto da Expo '98

A EXPOSIÇÃO Mundial de Lisboa - Expo '98 - tem como tema central "Os Oceanos, um Património para o Futuro". Com a presença, já confirmada, de mais de 130 países e organizações internacionais a Exposição, além de um grande acontecimento nacional, pretende chamar a atenção das comunidades internacionais para a importância da conservação dos Oceanos. Estes serão tratados tematicamente em vários pavilhões apresentados por Portugal (Pavilhão dos Oceanos; Pavilhão do Conhecimento dos Mares; Pavilhão da Utopia; Pavilhão do Futuro e Pavilhão de Portugal) e também nos dos países e organizações que participarão na Exposição.

Calcula-se que em apenas quatro meses, de 22 de Maio a 30 de Setembro, mais de nove milhões de pessoas visitarão a Expo'98, metade das quais estrangeiras. No entanto, espera-se que mais de 15 milhões de pessoas entrem no recinto, pois muitos dos visitantes irão à Exposição mais do que uma vez. Para realizar a Exposição Mundial e o projecto de regeneração urbana que lhe está associado foi constituída, em Março de 1993, a Parque Expo 98, SA.

A par da realização da Expo'98 propriamente dita, está em curso em Lisboa um projecto de reconversão urbana da zona oriental da cidade - Expo Urbe - que se estende por uma área de 340 hectares ao longo de cinco quilómetros do rio Tejo.●

recinto - em Braille". Está também previsto um "sistema de acompanhamento suplementar sempre que os visitantes deficientes assim o desejem" mas, sobre este processo, a responsável não sabe adiantar quaisquer pormenores. No final, justifica que se alguma coisa não for concretizada será porque "os custos da Exposição já são muitos".

O ELO sabe que, em Março do ano passado, a Parque Expo contactou a Associação de Cegos e Ambliopes de Portugal (ACAPO) no sentido de ouvir aquele organismo para, em conjunto, prepararem algum material de apoio para deficientes visuais na Exposição. Na altura ficou decidido, não só editar uma cassete audio com a apresentação dos pavilhões mais importantes, como também estudar a possibilidade de serem criadas áreas com uma textura diferente no chão para permitir a orientação dos deficientes visuais. À ACAPO coube ainda a tarefa de enviar, com brevidade, uma resposta à Parque Expo de forma a que as sugestões pudessem ser analisadas. No entanto, até à data nada foi enviado. Carlos Ferreira, coordenador do Centro de Produção Braille da ACAPO, explicou que a viabilidade destas sugestões "têm sempre a ver com custos" sublinhando que "tudo o que venha a fazer-se nesta área não terá impacto nos custos finais da Exposição".

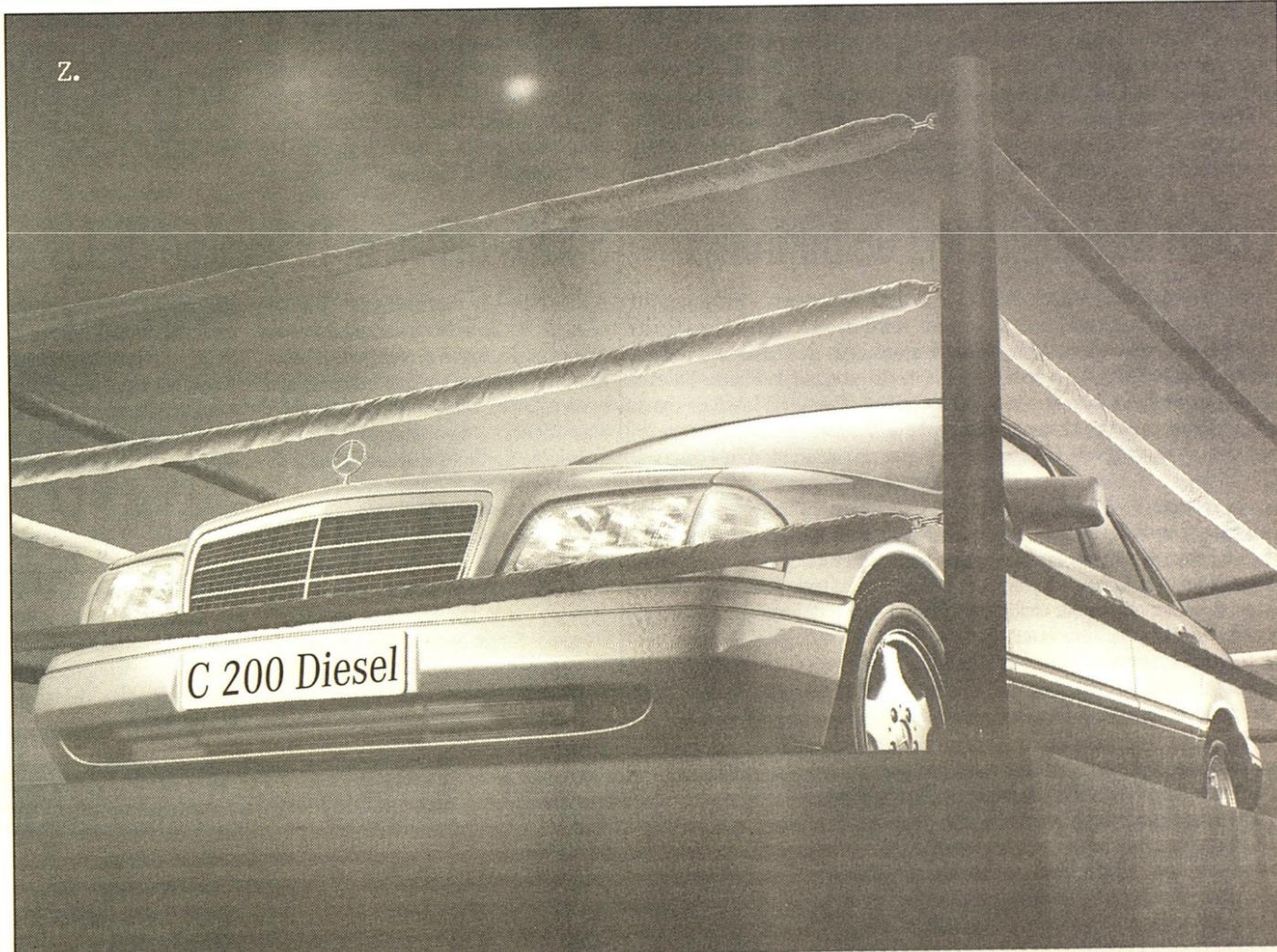
Associações preocupadas

Além da ACAPO outras associações de e para deficientes têm demonstrado à Expo'98 as suas preocupações, caso da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, da Confederação Nacional de Organismos de Deficientes e da Associação Portuguesa de Surdos.

Apesar de actualmente não se conseguir ainda ver nada de concreto sobre esta matéria, nas várias obras em curso dentro da área da Exposição, o secretário nacional de reabilitação, Vitorino Vieira Dias, em declarações ao ELO, mostrou-se confiante no trabalho da Parque Expo, explicando que não existem razões para que a Expo'98 "não respeite as regras de acessibilidade previstas na Lei para edifícios e espaços públicos" uma vez que, desde o início dos contactos, a Parque Expo "demonstrou-se sempre disponível para colaborar e aberta a sugestões".

O secretário nacional de reabilitação lembrou ainda que o decreto-lei, aprovado em Conselho de Ministros no dia 13 de Fevereiro deste ano, que visa a progressiva eliminação das barreiras arquitectónicas (ver ELO de Fevereiro) será promulgado pelo Presidente da República muito brevemente. Contemplando normas técnicas que vão desde o urbanismo (passeios, vias de acesso, passagens de peões), acesso aos edifícios (rampas, escadas), mobilidade nos edifícios (entradas, ascensores, corredores, portas interiores, balcões ou guichés, telefones e instalações sanitárias de utilização geral) às áreas de intervenção específica (recintos e instalações desportivas).

Questionado sobre a aplicação destas regras na Expo'98, Carlos Pereira, assessor do secretário nacional de reabilitação, refere que as mesmas "são de fácil concretização" e acrescenta que "os arquitectos é que mitificam um assunto que é bastante simples". ●



Novo motor C200 Diesel. 4 válvulas e 88 cavalos prontos para o que der e vier.

► A Mercedes-Benz preparou para o mercado nacional um motor diesel de combate. Um motor exclusivo para o nosso mercado que já deu no passado grandes provas nas estradas portuguesas. É o regresso do agora musculado motor de dois litros com 88 cavalos que equipa os modelos C 200D e C 200D Station.

► Não é de agora que a Mercedes-Benz ganha por "Knock-out" o campeonato de motores diesel. A técnica de 4 válvulas, desenvolvida pela engenharia Mercedes-Benz vem exibindo, ao longo de vários anos, vantagens que deixam a concorrência "K.O.": um elevado binário em toda a gama de rotações, uma maior potência, redução em cerca de 15% de emissão de gases de escape e garantia de maior longevidade.

► Mas o dado mais importante é a economia. É que estes novos modelos da Mercedes consomem 6,8 litros aos 100 Km (a uma velocidade média de 120 Km/h), tornando-se num verdadeiro tormento para os gasoleiros.

Classe C Limousine e Station
Desde 4.638 contos

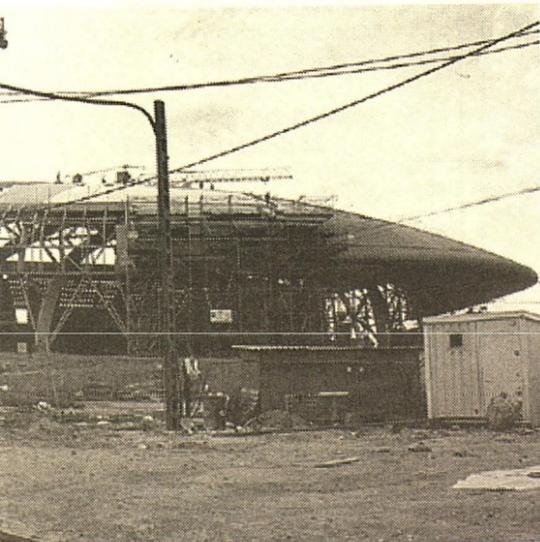
(sem impostos)

Venha vê-lo no Concessionário



MERCAUTO, LDA.

Rua de Campolide, 437 (sete Rios), 1070 Lisboa
Salão de vendas: Tel.: 726 47 60 • Recepção de veículos: 726 90 58
Venda de peças: Tel: 726 34 34 • Fax: 726 94 88
Geral: Tel.: 726 25 65 • Fax: 726 94 90
Salão de vendas aberto aos Sábados.



ão da Utopia deverá ter 14 lugares para cadeiras de rodas

Secundária de Coruche convida Associação para colóquio

ADFA ensina alunos de História

A GUERRA colonial e o 25 de Abril foram os temas abordados por responsáveis da ADFA e da Associação 25 de Abril num colóquio na Escola Secundária de Coruche (ESC), dia 23 de Abril. A iniciativa reuniu mais de 100 alunos e partiu do grupo de História da escola que, entre outras coisas, quis levar os estudantes a compreender melhor o passado recente de Portugal, bem como imprimir algum dinamismo na transmissão dos conteúdos. Para o efeito, os professores convidaram a ADFA e a Associação 25 de Abril, duas das organizações cujos associados foram protagonistas desses momentos históricos.

No pátio da ESC, os alunos aguardavam ansiosos pelo início do debate. Paulo Português, um dos dinamizadores da iniciativa, justificou a inquietação dizendo que "embora a escola já tenha sido palco de outras actividades culturais" - caso da ex-

posição de fotografia sobre a Guerra Colonial sua relação com o regime de Salazar e a revolução de Abril -, "foi a primeira vez que se proporcionou aos alunos a oportunidade de um contacto directo com os actores da História". No entanto, o desejo do professor era que os alunos "se mantivessem motivados para intervirem no debate".

Entre empurrões e gargalhas, os jovens estudantes, dos 14 aos 16 anos de idade, lá foram respondendo às perguntas do ELO. Os alunos do 9º ano foram revelando o enunciado de consequências de uma guerra que, apesar de não terem vivido, está presente porque pertence a história da vida dos próprios pais, tios e outros parentes.

À passagem dos convidados, Jorge Maurício, presidente da Mesa da Assembleia Nacional da ADFA, e Vilalobo Filipe, representante da Associação 25 de Abril, depressa os alunos ocuparam os seu luga-

res na maior sala da escola, por sinal pequena para o número de interessados.

Vilalobo Filipe, piloto da Força Aérea, disse que "a guerra no ultramar foi o reflexo da incapacidade política de Portugal. Os militares perceberam que eram bode expiatório e fizeram calar as armas, evitando que a factura desse um erro maior do que o já elevado na altura". O ex-combatente, que participou em missões em Angola, explicou ainda que "ao silêncio das armas em África juntou-se a revolução dos militares descontentes em Portugal. A adesão popular foi importante no 25 de Abril".

Por seu lado, Jorge Maurício não deixou de dar o enquadramento histórico que envolveu o conflito, o regime e a revolução: as circunstâncias que conduziram à guerra, a estatística humana da mesma, a luta pela reintegração social dos jovens que combateram e os traumas. O responsável

da ADFA sublinhou que "os deficientes de guerra eram escondidos pelo poder de então no anexo do Hospital Militar. Foi preciso muita luta para resgatar os direitos".

Face à pergunta de um aluno, sobre o que eventualmente aprenderam na guerra, os dois oradores apontaram a solidariedade, o valor da liberdade e a capacidade de reaprender a viver como factores mais importantes no regresso do Ultramar, porque, explicou Jorge Maurício: "quem vai à guerra nunca vem a mesma pessoa".

Exposições de fotografia e colóquios estão entre os meios eleitos pelos professores para transmitir conhecimentos sobre a História recente de Portugal aos alunos. Aproveitando também as comemorações do 25 de Abril, o Núcleo de Estágio de História, da Escola Secundária Dr. António Carvalho de Figueiredo, em Loures, organizou dois colóquios e uma exposição de fotografias. Sobre esta matéria, no âmbito do aniversário da ADFA (ver programa na página 2 desta edição), ainda no mês de Maio, várias outras escolas serão também palco da realização de colóquios. ●

Sabina Xavier Pina

Revista de Imprensa



DIÁRIO DE NOTÍCIAS 11 de Abril de 1997

"Os deficientes militares acidentados em serviço querem receber cumulativamente as pensões de invalidez e as de aposentação da função pública, à semelhança dos feridos em combate (...). A ADFA defende a extensão aos deficientes acidentados em serviço da acumulação da pensão de invalidez com o subsídio de desemprego e de doença e da possibilidade de inscrição no Instituto de Acção Social das Forças Armadas. Num documento distribuído à Imprensa, a ADFA considera existir 'falta de capacidade de resposta das estruturas governamentais aos justos anseios dos deficientes militares'."

CORREIO DA MANHÃ 11 de Abril de 1997

Humberto Sertório, presidente da ADFA, salientou que presentemente qualquer militar que tenha ficado deficiente em serviço é obrigado pela Caixa Geral de Aposentações a optar entre a pensão militar e a da sua anterior actividade civil, 'precisamente na altura da vida em que mais necessita de meios de subsistência'."

DIÁRIO DE NOTÍCIAS 15 de Abril de 1997

"Cerca de 140 mil portugueses dos 800 mil combatentes da guerra colonial padecem de perturbações psicológicas crónicas, nomeadamente stress de guerra, disse ontem à Lusa o psiquiatra Afonso Albuquerque. O médico referiu-se tratar-se de uma estimativa obtida através da extrapolação dos números existentes para ex-combatentes norte-americanos da Guerra do Vietname"

DIÁRIO DE NOTÍCIAS 23 de Abril de 1997

"O Conselho de Ministros deve aprovar hoje um diploma que permitirá terminar com a situação de injustiça dos militares deficientes das Forças Armadas que recebem pensões diferenciadas de outros militares com o mesmo estatuto. Esses militares estavam abrangidos por um diferente decreto-lei, que não lhes permitia ter direito à pensão de reforma correspondente ao posto a que foram promovidos."

Associação dá conferência de Imprensa

COMO consequência da última Assembleia Geral Nacional Extraordinária, no Porto, a Direcção da ADFA realizou uma conferência de Imprensa, dia 10 de Abril, na Sede, por considerar "intolerável a falta de vontade política do Governo, até ao momento, para acabar com as injustiças da Guerra Colonial".

Depois da entregar ao Ministério da Defesa Nacional - há mais de um ano - um documento elucidativo da situação dos deficientes militares e com medidas a adoptar, a ADFA lembrou aos jornalistas que continuam por criar "respostas legislativas adequadas às reparações morais e materiais dos deficientes militares". Os responsáveis da Associação entendem que o Governo

deve assumir as responsabilidades que lhe cabem satisfazendo medidas essenciais como: acumulação da Pensão de Invalidez com a de Aposentação da Função Pública; acumulação da Pensão de Invalidez com o Subsídio de Desemprego - situação recentemente alterada em virtude de um despacho do Ministério da Solidariedade e Segurança Social - (ver última página); alteração, desde já, para 60 por cento do grau mínimo de incapacidade para a qualificação como Grande Deficiente das Forças Armadas; extensão do direito à Pensão de Preço de Sangue a todas as viúvas dos deficientes militares, desde que estas não recebam outro esquema de Segurança Social; resolução da situação dos deficientes no Anexo do HMP ● N.C.

Sócios debatem Delegação de Lisboa

A REUNIÃO de associados da ADFA teve lugar na Sede Nacional, no início do mês passado, com a presença de 24 sócios e dos 3 elementos que integraram a mesa - Lopes Dias, Patuleia Mendes e Mário Inácio -, para analisar o projecto de criação da Delegação de Lisboa e divulgar informações gerais.

Aberta a sessão de debates, um associado criticou o facto da convocatória para a reunião ter sido feita no interior do ELO e em pequeno molde, o que, na sua opinião, "pode ter um efeito negativo". Os sócios foram esclarecidos que o ELO obedece a critérios de qualidade que têm de ser cumpridos.

Relativamente à criação da Delega-

ção de Lisboa (um projecto que prevê que esta venha a funcionar no edifício da Sede, juntamente com a Direcção Nacional) a proposta foi fortemente contestada pela maioria dos intervenientes.

Foi designadamente referido que o objectivo de libertar a Direcção Nacional das preocupações dos associados de Lisboa pode ser resolvido sem necessidade de duplicar as estruturas, com o consequente aumento de custos, através da delegação de competências.

Patuleia Mendes, a terminar, referiu que o importante "é o bom funcionamento institucional" e lembrou a existência de delegações que não funcionam. ●

Apoiamos uma Agricultura Moderna e Competitiva

Consulte
os nossos Serviços
Estamos em todo o País



INSTITUTO DE FINANCIAMENTO E APOIO
AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS

Serviços médicos e psicossociais da Sede

CLÍNICA GERAL

médico: Dr. Fernando Brito,
2ª - 13H00 5ª - 13H15

PSIQUIATRIA

médico: Dr. José Tropa
6ª - 14H30

UROLOGIA

médico: Dr. Paulo Vale
2ª feira - 17H00

FISIATRIA

médico: Dr. Barros Silva
3ª feira - 14H00

ANÁLISES CLÍNICAS

6ª - 9H00 às 10H00

ACUPUNCTURA

médico: cmdt Araújo de Brito
A partir de Maio

Marcações: D. Elizabete Couto

PSICOLOGIA CLÍNICA E STRESS DE GUERRA

Drª Teresa Infante

Todos os dias

Marcações: com a própria médica

Horário da Sede

Expediente

09h00 às 18h00

Intervalo de Almoço

12h30 às 14h00

Serviço de Almoço

Segunda a Sexta, das 12h30 às 14h30

Serviço de Bar

Segunda a Sexta, das 9h00 às 19h00

Consultas

Solicita-se a todos os associados que façam as marcações das consultas, com antecedência, pelos telefones:

7570502 / 7570583 / 7570422 / 7570645
7570702 / 7570781

Sócios aprovam contas e aumento de quotas

Nuno Crespo

Mais de uma centena de associados votaram favoravelmente, em Assembleia Geral Nacional Ordinária, o relatório de actividades e contas, o aumento de quotas para o próximo ano e o que fazer à situação dos associados com quotas em atraso. O desenvolvimento da estrutura económica da ADFA, mesmo não fazendo parte da ordem de trabalhos, não deixou de ser abordado.

Com apenas um voto contra e oito abstenções, o relatório de actividades e contas da ADFA, apresentado pela Direcção Nacional, referente ao ano passado, foi aprovado na Assembleia Geral Nacional Ordinária (AGNO) de 19 de Abril, em Lisboa. Além desta votação, os sócios que compareceram na Sede da Associação aprovaram ainda o aumento de quotas para o próximo ano - mais 25 escudos por mês - em como a intervenção da Direcção Nacional no sentido de fazer todos os esforços para regularizar a situação das quotas em atraso.

Apesar de caracterizada pela aprovação do relatório de actividades e contas da Associação, a AGNO também debateu outros assuntos, caso do aumento de quotas. As contas apresentadas - divulgadas na última reunião do ELO - foram da Sede, incluindo as actividades que se desenrolaram em Lisboa. A existência de alterações no re-

latório, face aos anos anteriores, levou a que, inicialmente, alguns associados questionassem a Direcção Nacional. "Fomos obrigados a apresentar as contas da Sede, por não ser possível a apresentação das contas consolidadas", explicaram os responsáveis da Associação justificando a alteração:

"Houve atrasos de algumas delegações no envio da documentação necessária".

À semelhança de outras Assembleias Gerais Nacionais os assuntos discutidos durante as intervenções dos associados nem sempre foram os previstos na ordem de trabalhos. "É sempre a mesma coisa. Em vez de falarem do que interessa discutem questões sem importância", desabafou um dos associados presentes no salão nobre da ADFA visivelmente descontente com a situação.

Na AGNO foram feitas algumas críticas ao desempenho da Direcção Nacional. O associado Armando Alves chegou mesmo a dizer que "não reconhece legitimidade à actual Direcção Nacional" criticando o relatório de actividades e contas por este não trazer certos dados, como por exemplo, informações sobre o Centro de Recuperação Profissional de Gaia (CRPG) ou sobre as auditorias (à conta-caixa e formação profissional de 1995 e anos anteriores).

Humberto Sertório, presidente da Direcção Nacional, respondendo à crítica do associado, sublinhou que "os sócios podem estar descansados. Estamos perfeitamente legais". Mesmo não concordando com as críticas feitas à Direcção Nacional o presidente reconheceu, no entanto, que uma ou outra questão "podia ter tido mais ênfase no relatório de actividades e contas", mas em relação à não publicação das auditorias, o presidente explicou que tinha sido "proposto", por ser uma questão interna: "não havendo interesse na divulgação para o exterior. Foi uma questão de estratégia".

O aparente incumprimento da estratégia reivindicativa foi outra crítica de um dos associados presentes. Humberto Sertório reconheceu que "o governo não tem dado as respostas que a ADFA esperava", mas lembrou que "os associados estão de acordo com estratégia reivindicativa" - recentemente aprovada no Porto - na qual a Direcção entende que se deve esperar por res-

postas do Governo, "pois num ano não se pode fazer aquilo que não se fez em 23".

Apesar de não fazer parte da ordem de trabalhos, o futuro do desenvolvimento da estrutura económica da ADFA (ver caixa) esteve presente numa grande parte dos discursos dos associados. A este respeito o sócio Caldeira Vilares referiu que, no que diz respeito aos deficientes militares, a Associação "não pode substituir-se ao papel do Estado pois este tem obrigações que não pode deixar de cumprir".

Outra das decisões da Assembleia Geral foi o aumento de quotas para o próximo ano que sobem assim para 575 escudos. Ao contrário da votação do relatório de actividades e contas, a proposta de actualização de quotas apresentada pela Direcção Nacional teve alguma dificuldade em ser aprovada (48 votos a favor, 41 contra e 10 abstenções). A outra proposta apresentada propunha que a quota passasse a ser paga com base em meio por cento da pensão recebida pelo associado.

A última decisão que saiu da Assembleia diz respeito à situação dos associados com quotas em atraso. A proposta inicial, apresentada pela Direcção Nacional, previa a "perda da qualidade de sócio" por parte daqueles que durante o ano passado não tivessem regularizado a situação. Foi ainda apresentada, por alguns associados da Delegação de Famalicão, uma proposta semelhante. No entanto, a AGNO acabou por não adoptar estas propostas, deliberando antes que a Direcção Nacional faça "todos os esforços para regularizar a situação".

Decisões do Conselho Nacional

ANTES DA Assembleia Geral Nacional Ordinária, realizou-se, de manhã, uma reunião do Conselho Nacional (CN) que decidiu autorizar a Direcção da ADFA a "constituir, em tempo, uma sociedade anónima, entre o universo dos associados com a finalidade de servir de cúpula a todo o tecido empresarial a criar" (tipografia, estudo e desenvolvimento de projectos). Outra das decisões que saíram do encontro refere-se aos "prejuízos materiais, ocorridos em viagens próprias" utilizadas pelos associados pertencentes aos Órgãos Sociais

quando se deslocavam ao serviço da Associação. Nesta matéria, o CN decidiu aprovar o pagamento desses prejuízos, deixando, no entanto, claro que no futuro tal não acontecerá (a Direcção Nacional paga, desde Fevereiro deste ano, 55 escudos e 50 centavos por quilómetro - prémio de seguro incluído - aos membros dos Órgãos Sociais e funcionários da ADFA que utilizem viatura própria ao serviço da Associação). Por último, o CN analisou a proposta de "fixação de quotas, para 1998, apresentada pela Direcção Nacional".

Venda de automóveis

VOLKSWAGEN E AUDI			SEAT			RENAULT			MEGANE SCENIC		
MODELO	P.BASE	P.V.P.	MODELO	P.BASE	P.V.P.	MODELO	P.BASE	P.V.P.	MODELO	P.BASE	P.V.P.
Gama Polos			Seat Ibiza Comercial			Punto 55 S 5P			Megane 1.4		
Polo Fox 1.0 4P	1.467.988.00	1.974.834.00	1.9 D Latino	1.855.615.00	2.484.031.00	Punto 75 SX HSD 3P	1.768.995.00	2.544.996.00	Megane 1.9 TD	2.929.759.00	4.975.000.00
Polo GL 1.0 4P	1.727.443.00	2.278.402.00	1.9 TD Crono JLL	2.077.861.00	2.744.058.00	Punto 75 HSD 5P	1.823.696.00	2.608.996.00	VIATURAS EQUIPADAS COM CAIXA AUTOMÁTICA		
Polo 3 Volumes 1.4	1.993.438.00	3.017.975.00	1.9 TD Crono JLL+ AC	2.266.750.00	2.965.058.00	Punto ELX TDS 3P	1.738.078.00	3.294.339.00	Clio RT 5P	1.974.463.00	2.986.880.00
Polo 3 Volumes 1.9 D	2.207.188.00	4.147.212.00	1.9 TD Crono JLL+TA	2.325.733.00	3.034.069.00	Bravo 1.4 3P	1.818.906.00	2.819.024.00	Megane RT 1.6 Gasolina	2.725.388.00	4.226.496.00
Gama Golf			Seat Ibiza 3 Portas			Bravo 1.6 SX 3P					
Golf JOKER 1.4 3P	1.959.651.00	2.978.444.00	1.0 SXE DA	1.734.472.00	2.286.628.00	Brava 1.4S 5P	1.883.094.00	2.894.124.00			
Golf CLD 1.9 4P	2.066.532.00	3.982.645.00	1.4 Crono DA+JLL	1.728.035.00	2.707.454.00	Brava 1.9 DS S 5P	1.996.318.00	3.997.831.00			
Golf JOKER TDI 1.9 4P	2.802.537.00	4.843.771.00	1.9 D SE	1.942.794.00	3.837.871.00	Brava 1.9 TDS ELX 5P	2.416.131.00	4.456.000.00			
Golf JOKER TDI 4P Autom.	3.029.281.00	5.109.061.00	1.9 TD SXE	2.302.175.00	4.258.347.00	Marea 1.4 SX	2.182.410.00	3.244.324.00			
Golf VAR Movie 1.4	2.363.251.00	3.450.657.00	Seat Ibiza 5 Portas			Marea 1.6 ELX					
Golf VAR CLD 1.9	2.285.476.00	4.238.809.00	1.4 Crono DA+JLL	1.728.035.00	2.707.454.00	(Caixa Automática)	2.652.825.00	4.161.311.00			
Golf VAR Movie TDI 1.9	2.884.387.00	4.939.535.00	1.9 D SE	2.019.717.00	3.927.871.00	Marea 1.9 TDS ELX	2.605.020.00	4.677.000.00			
Golf VAR TDI 1.9 Special	2.906.699.00	4.965.640.00	1.9 TD SXE	2.379.098.00	4.348.347.00	Marea Weekend 1.6 ELX					
Golf GT TDI 1.9	3.617.386.00	5.797.144.00	Inca 2 Lugares			(Caixa Automática)	2.607.526.00	4.108.611.00			
Gama Vento			1.9 D Van	1.732.447.00	2.339.924.00	Marea Weekend					
Vento CL 1.4	2.157.771.00	3.210.245.00	1.9 D Van VE+FC	1.809.369.00	2.429.923.00	1.9 TDS ELX	2.752.883.00	4.850.000.00			
Vento CLD 1.9	2.226.554.00	4.169.871.00	Cordoba			Ulysse 1.9 TDs	4.670.034.00	7.084.380.00			
Vento GL TDI 1.9	3.150.970.00	5.251.437.00	1.4 Silhouette DA	1.828.502.00	2.825.000.00						
Gama Passat			1.9 TDI GT	2.775.523.00	4.812.164.00						
Passat Confortline 1.6	3.195.926.00	4.781.063.00	1.6 SX Coupé	2.261.102.00	3.687.319.00						
Passat B5 1.9 TDI			Alhambra								
Confortline Top EC	4.013.332.00	6.260.400.00	1.9 TDI SE AC+2AB+AL	4.389.669.00	5.371.188.00						
Passat B5 1.9 TDI			1.9 TDI SXE Climatonic								
Confortline Top	3.784.038.00	5.992.126.00	2AB++AL+JLL+TAE+ABS	4.693.071.00	5.726.168.00						
Passat B5 1.9 TDI			Toledo								
Confortline	3.352.689.00	5.487.448.00	1.6 GT	2.519.803.00	3.990.000.00						
Passat Confortline TDI Aut.	3.529.408.00	5.694.210.00	1.9 TDI GT-110cv								
Gama Audi			AB2+ABS+TAE	3.353.648.00	5.488.571.00						
Audi A4 1.9 Confort	3.756.579.00	5.960.000.00									
Audi A4 1.9 TDI Plus	4.320.682.00	6.620.000.00									
Audi A4 1.9 EC TDI Plus	4.530.084.00	6.865.000.00									
Audi A4 1.9 TDI Sport	4.722.391.00	7.090.000.00									
Audi A4 1.9 Tdi Avant	4.953.160.00	7.360.000.00									
Audi A6 1.9 TDI	4.974.528.00	7.385.000.00									

A ADFACAR dispõe de informações na venda de viaturas (quer fornecidas com isenção ou não) acima mencionadas, sendo extensivo a outras marcas não referidas como: Mercedes; Nissan; Mitsubishi; BMW; Peugeot; e Ford. Estas informações/vendas, são tratadas através do sr. Alberto Pinto, nas horas de expediente, das 10h00 às 13h00 e das 14h30 às 19h00 pelos telefones: 7570502; 7570422, 7570583, e das 20h00 às 22h00 para o telefone 8595016, todos eles através da rede de Lisboa (01).

CONSULTE-NOS ANTES DE DECIDIR

Muitas das cartas que chegam à Redacção do ELO são demasiado extensas. Agradecemos que, no futuro, os seus autores sejam o mais objectivos e sintéticos possível para que os textos possam ser publicados na íntegra. De outro modo, ver-nos-emos obrigados a publicar apenas o essencial das cartas, eliminando o que nos parecer menos importante, procedimento que pretenderíamos evitar a todo o custo, pois poderá ser interpretado como forma de censura. Escrevam sempre. Exponham os vossos pontos de vista, as vossas críticas, os vossos problemas, os vossos anseios, de forma objectiva, isenta e sem considerações a despropósito, mas esforcem-se por ser breves. O ELO agradece a vossa colaboração e poderá, deste modo, dar a palavra a maior número de associados.

Quem puder, que honestamente responda

Se a clarividência é um estado de espírito, então eu possuo em demasia para o meu gosto. E tenho mais um trauma que a minha visão infelizmente permite: a percepção do que pensamos e as suas consequências mediáticas.

Na altura, há 23 anos atrás, não pensei, mas ao longo dos tempos, apercebi-me que estava a lutar por aquilo que sempre desejei alcançar, isto é, fui pessoalmente engrandecendo o conhecimento muito próprio e debruçei-me posteriormente, sobre os assuntos de real valor, que para mim continuavam a ser fundamentais. Aprendi!

Aprendi a conhecer os meus actos e as minhas vontades, dominá-los e apresentá-los quando oportuno.

Por outro lado, o eterno dualismo Bem/Mal. Muitas vezes tentei esmagar o poder do Mal sobre o Bem, mas ao fim e ao cabo os pratos da Balança continuaram desequilibrados, e cheguei à conclusão a que todos chegaram. O Mal para umas pessoas pode ser o Bem e para outros o Mal. Passaram rapidamente por mim cerca de 23 anos, e só aprendi esta ideia muito mais tarde.

Que poderá constituir o Mal senão a ignorância ou o esconder das coisas. Que não se fale em secretismos fáceis, para que não se caia no erro de descobrir um pedaço da terra enrolado ao nosso pescoço, e do qual não queremos descobrir.

Na realidade, não vale a pena estarmos a debruçar-nos sobre um tema que foge parcialmente ao artigo em causa.

23 anos de uma vida pequena, mas que

para nós tem um significado muito grande.

Foi deveras, tudo construído dentro de nós há tantos anos, que se torna quase difícil alcançar o seu princípio. Consequências são em demasia, e para aqui estarmos arredados de tudo e de todos.

Há 23 anos foram anos de vontade e de querer. Esta foi uma época de início de tudo e altamente importante, na medida que foi a primeira reivindicação que os Deficientes Militares fizeram após a "calmia" de todos estes anos desde 1938 e de que o extinto regime não queria saber, nem aceitar, a petição então enviada em 1973 pelos Deficientes Militares e que foi devolvida na íntegra, esquecendo o regime de então, as necessidades e os direitos que nos assistiam. Senhores, quem vivesse que sentisse.

48 anos de regime autocrático, e nós filhos da ignorância continuávamos a apodrecer no seu âmago.

Se tivéssemos tempo de pensar e reflectir, chegaríamos a conclusões completamente diferentes daquelas que a sociedade nos ensinou e intoxicou.

Tudo isto não foi fruto das palestras dos nossos pais e professores, sujeitos obrigatoriamente à disciplina desse regime. Foi sem dúvida, o trabalho, os estudos e a Guerra Colonial, as causas do desabrochar de dentro de nós toda a angústia e revolta que sentíamos e que os nossos pais e amigos nos tinham transmitido em surdina ao longo dos anos.

Mas talvez não tivéssemos obtido o conhecimento total da situação política se não estivéssemos como actores visíveis e actantes na Guerra Colonial.

Todos sabemos o que aconteceu, suas consequências surgidas e que deram lugar à vontade da escrita, artigos, e livros sobre

essa matéria. De repente Bum - A escuridão total.

Ficámos como é hábito na actuação dos livros e artigos esporádicos, esquecendo de forma mais viva os dramas que aconteceram. Se em Portugal aconteceu toda esta "vergonha", poder-se-á verificar como se escreveu, filmou e se fez histórias das problemáticas dos deficientes militares dos Estados Unidos da América.

A Guerra Colonial enfrentámo-la como um castigo celeste atribuído a nós próprios.

Ao lermos esta quase amálgama de ideias e palavras, pensamos as pessoas que nos repetimos e entrávamos na leitura simples e objectiva dos Deficientes Militares. Não será bem assim, sendo o 25 de Abril de 1974, um expoente máximo das nossas reivindicações.

Creio ser a altura de sucintamente e agora fazer uma reflexão muito séria sobre qual o papel da ADFA em relação aos deficientes Militares em combate ou campanha, serviço e "sem relação com o serviço".

Depreende-se deste parágrafo que se trata saber qual o esforço associativo que os sócios em combate ou campanha e os deficientes militares em serviço fizeram em prol de nós.

Infelizmente verificou-se que ao longo de 22 anos os mesmos Deficientes Militares voltaram-se única e egoisticamente para si, esquecendo todos aqueles que na hora das nossas reivindicações se puseram à frente da marcha de Setembro de 1975, e que mais tarde se verificou um esquecimento anormal da parte deles. Nós pensamos que tem de haver reciprocidade nas actuações.

Mas, insisto, pois continuo a pensar que foi ultrajante o que fizeram. "Dividir para Reinar", forma curiosa como a

máxima de César Borga chegam aos dias de hoje e levada pela mão dos nossos camaradas. Arrepio-me de pensar se na realidade continuaram a ser nossos camaradas e se o gentio não era "Comandado" por alguns dirigentes da nossa Associação.

Os Deficientes Militares em combate e serviço não quiseram um estatuto de aproximação relativamente aos Deficientes Militares "sem relação com o serviço", e com a agravante de que as próprias Direcções Centrais parecerem assumir toda esta situação. A Direcção Nacional no espírito da sua criação estatutária há cerca de dois anos efectivos não conseguiu encontrar internamente uma filosofia forte e apropriada a toda esta situação, o que vemos na realidade com amargura, tristeza e cepticismo. Uma palavra destes sócios malditos para os Governos. Apagarem de Portugal e da sua história a existência de Deficientes Militares "sem relação com o serviço".

Não seria uma novidade, já que em plena Ditadura Militar nós fomos de forma nenhuma esquecidos. Este Decreto foi publicado em 30 de Março de 1927 (Decreto nº 13.373).

Pensamos então em quê?

Bom, será que devemos então "esquecer" toda esta situação e entregá-los à lei da Eutanásia?

Convenhamos que as ideias neste país não são brilhantes e que se faz tudo senão mal, pelo menos uma imitação muito pobre e descuidada e... cá estamos nós a clamar por Justiça, cá estamos nós abandonados e quase na certeza, presto o nosso desaparecimento.

Alguns sócios continuam a lutar. Muitos afastaram-se por falta de crença e

por desilusão, e outros pela maturidade do comodismo.

Interessante, se um dia forem possíveis as nossas reivindicações, já nos encontraremos todos mortos, não se responsabilizando o Estado Português por ninguém.

Esta é a imensa doutrina de todos.

A fome, que devia ser a nossa esperança, o frio que devia ser o nosso aquecimento, o desespero na procura de justiça, e finalmente cai o pano com a vinda da morte.

O princípio de justiça, caiu em 1976 no vazio, e foi o suficiente para que até ao momento, não se conseguisse garantir a igualdade no seio de todos nós.

Mortos seremos, sem o reconhecimento do Estado Português. Mas o que fomos e o que somos hoje? Seremos nós o esterco da sociedade portuguesa? Ao fim e ao cabo será esta a nossa história do resultado do serviço prestado à Nação?

Magoado muito, mas morto ainda não!

Será a vida, um acto vivo e independente na consciência séria da nossa verdade?

Quem puder, que honestamente responda às minhas questões apresentadas superficialmente neste texto.

Mário Villa-Lobos
Sócio nº357

NOTA DA REDACÇÃO - O Mário Villa-Lobos faleceu no dia 23 de Abril. A carta atrás publicada, redigida alguns meses antes da sua morte, encontrava-se em carteira no arquivo do ELO. Por razões óbvias, a carta assumiu prioridade relativamente a todas as outras que contávamos incluir nesta edição e que transitaram, assim, para o próximo número.

Sentir o acre do café

Sentir o beijo de uma mulher

Sentir o coração vibrar

Entre o amor e a amizade

Sentir um cigarro bem fumado

Sentir a felicidade de amar

Sentir o teu olhar quente

Ana, se te amar

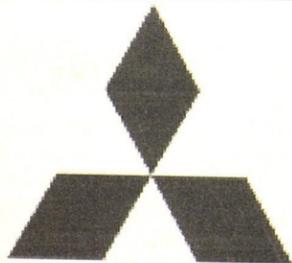
Não sei, talvez menosprezar

José Manuel B. Ramos

Sócio 12153 - Telhal

FOTO DO LEITOR

A foto deste mês foi tirada na zona do Ucuá, em Angola, na manhã do dia 3 de Janeiro de 1971, depois de um acidente de viação. O associado que venceu a Foto do Leitor deste mês chama-se Daniel Folha - na imagem a ser socorrido -, e aproveita a ocasião para sublinhar a revolta que sente face às injustiças de que são alvo os Deficientes das Forças Armadas. Daniel Folha receberá o livro "As barreiras invisíveis da integração".



**MITSUBISHI
MOTORS**

CONCESSIONÁRIOS
ALMADA - SEIXAL - SESIMBRA

SONIPO Sociedade de Comércio de Automóveis, Lda.

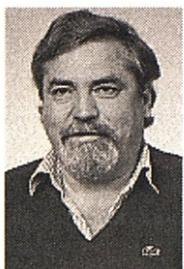
Toda a gama em viaturas automáticas.

Atendimento personalizado por S. Amaidas (sócio da ADFA nº 8952)

Qta. da Algazarra, Lt. 13 - FEIJÓ - Telfs.: 274 57 55 / 258 34 24

Os cavaleiros da areia

ESTAVA EU descansado na praia, a apanhar este belo sol de Primavera com que o São Pedro resolveu brindar-nos antecipadamente, quando de repente, surgida detrás de uma onda de areia, uma mota dessas de quatro rodas, saltou e veio aterrar a escassos centímetros da minha cabeça. Só tive tempo de rolar para o lado que estava virado ao mesmo tempo que pensava, que o perigo de ser atropelado existe agora não só no asfalto, mas também nas nossas praias.



Carmo Vicente

O destemido cavaleiro da areia, ou antes o destemido e a destemida, pois a moto era cavalgada por um par de jovens, devem ter achado imensa graça ao susto que me pregaram, foi perfeitamente audível gargalhada aguda e esganiçada da dama e o riso de cão rafeiro com pulgas, do atrasado mental do condutor.

Fui recuperando lentamente a normalidade das batidas cardíacas enquanto uma raiva funda tomava conta de mim e, apesar do meu horror pela violência, imaginei-me a esganar o tipo, a reduzi-lo a um simples verme esmagável com o pé.

Depois a raiva foi passando e fiquei a pensar nos atentados, que alguns dos possuidores dos "Todo-O-Terreno", cometem nas nossas, montanhas, nas nossas praias e, em especial, nas nossas dunas, onde fazem autênticos ralis, já que lhes falta a coragem e talvez a pecúnia para os irem realizar junto dos beduínos do Saara, ou por terras inóspitas dos Himalaias e da Patagónia.

O pior é que muitos destes carrinhos caros foram comprados à custa, não do orçamento dos felizes proprietários, mas dos subsídios à agricultura e se uma fiscalização apurada houvesse nesse sentido, verificar-se-ia, que muitos deles utilizam o tal gasóleo verde destinado aos tractores que deviam gastá-lo a lavar a terra para plantar tomates ou semear trigo.

Mas, quem é que nesta espécie de república das uvas (bananas só há na Madeira), se importa com semelhantes ninharias?

Ter um "Todo-O-Terreno" dá qualidade à vida e imenso "status" a alguns parolos (não é para generalizar) e é, ao fim e ao cabo, um índice de riqueza não só do seu possuidor, mas também do próprio país. Contribui para a melhoria das estatísticas e todos nós sabemos como os poderes instituídos, em todos os tempos e lugares, se pelam pela melhoria das estatísticas.

As estatísticas são a salvação das pátrias e da pobreza: se em Portugal há quatro milhões de habitações condignas, logo há uma habitação para cada dois portugueses e meio. É por isso uma refinada mentira que existem barracas. Se o PIB é de quinze mil milhões de contos, logo cada português dispõe de mil e quinhentos contos anuais. Somos realmente um país onde nada falta. Ricos como os que são! Ao nosso lado, o Sudão, o Uganda, o Ruanda, o Zaire, o Afeganistão, não passam de pobres diabos sem eira nem beira.

Aos maldizentes, eu aponto-lhes as estradas. Ponham aí os olhos! Vejam quantos Bê Êmes de alta cilindrada, quantos Mercedes, quantos Porches e agora até Ferraris, andam por aí à desfilada! Analisem só o número de telemóveis em que somos os maiores da Europa.

E comida? Vocês já imaginaram, a quantidade de frangos que se comem em Portugal? E Bacalhau? E pão? E litradas de vinho, bagaceiras e água pé? Daqui à lagosta, ao caviar, ao champagne para todos, é só um saltinho. E, já hoje, segundo as estatísticas, cada português come imensa carne, peixe fresco e genuíno queijo da Serra.

E verdade que temos poucas universidades dignas desse nome (e que, de um modo geral, o ensino é uma treta), poucos hospitais e menos centros de saúde, poucos infantários, poucos centros para a terceira idade, estradas esburacadas, rios poluídos, mas não se pode ter tudo de uma vez. Este governo ainda lá está há pouquíssimo tempo. Esperem pela moeda única, pela bandeira única, pela língua única, pela globalização da economia e verão que o sol para todos será uma realidade!

E foi assim que terminei aquele dia na praia. A minha raiva sobreveio uma grande esperança no futuro. E fiquei bem com todo o mundo. Até com o tal energúmeno que me ia atropelando e que já não me parecia assim tão atrasado mental. São jovens. Precisam de se divertir. E depois qualquer coisa me diz, que este cavaleiro destemido das areias, pode até vir a ser ministro, secretário de Estado, quicá Condestável do Reino se a monarquia for replantada. Ele é pois o futuro. Ele e ela, a do riso esganiçado.

E foi a pensar nesta perspectiva do amanhã, que a inexorabilidade da morte deixou de me parecer tão sombria. ●

O ELO há 22 anos

Para a história da ADFA 2.ª Assembleia Geral Ordinária

(...) Em 22 de Junho de 1974, no Pavilhão dos desportos, teve lugar a Assembleia Geral que credenciou esta direcção para orientar os trabalhos com vista a obter numa Sociedade justa um lugar digno para os deficientes das forças armadas.

Partindo do princípio de que a dignidade desse lugar só será efectiva se o Deficiente for uma força viva ao serviço da criação dessa Sociedade, orientámos todos os esforços no sentido de nunca nos desviarmos das formas de luta dos trabalhadores.

Cientes de que os erros dos governantes fascistas se caracterizaram por um total alheamento dos problemas dos explorados;

Cientes de que a solução para os graves problemas dos marginalizados terá que forçosamente assentar em bases políticas;

Cientes de que, sem uma tomada de consciência política das bases, jamais a sua participação efectiva seria possível;

Cientes que é na organização das bases exploradas que os problemas da reintegração poderão ser equacionados e solucionados;

Jamais foi tomada pela direcção qualquer decisão de cúpula.

Jamais algo de importante se decidiu sem que para o efeito fossem auscultados, pelo menos, todos quantos, às terça-feiras, compareciam nas secções de trabalho que, sempre se caracterizaram pelo elevado número de presenças e pelo cunho progressista.

Foi árdua a luta travada por todos nós Deficientes das Forças Armadas. Luta inédita que colocou ao serviço da revolução iniciada pelo M.F.A. em 25 Abril um potencial humano que a reacção gostaria de ter nas suas fileiras.

Como aliado único temos o Povo trabalhador. Foi Ele que, tirando algum dinheiro aos seus magros proventos, nos permitiu a organização e o prosseguimento da luta (...)

(...) Muitos problemas nos foram levantados ao longo destes 9 meses, todavia a tenacidade de todos os camaradas, que de perto nos acompanharam, permitiu que cada obstáculo retundasse numa autêntica vitória.

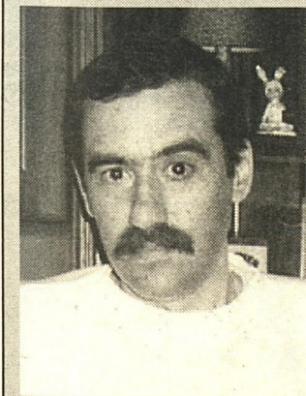
Até 23 de Novembro de 1974 lutávamos com sérias dificuldades de espaço para trabalhar e com inúmeros entraves de ordem burocrática para a solução dos problemas mais prementes de solução. Estas dificuldades eram-nos impostas pela Comissão de extinção da M.P. que, em atitude provocatória, nos negava instalações vagas; pelo MEC que se não decidia a prestar-nos assistência no campo da Educação e Cultura; por determinados senhores que, ocupando posições chaves no aparelho de Estado, boicotavam os nossos esforços no sentido de apresentarmos os nossos problemas directamente aos Governantes.

Em 23 de Novembro de 1974, foi decidido em Assembleia Geral ocupar o Palácio da Independência e sair em manifestação até S. Bento. A partir de então fomos acreditados. A partir de então começámos a ser temidos pelos reaccionários.

É evidente que a nossa independência nunca interessou muito a certas organizações que muito dedicadamente haviam servido o fascismo. A Liga dos Combatentes mostrou-se sempre muito interessada em desmantelar a nossa Associação. Era-lhes muito ingrato verem os explorados a trilhar por seus pés os caminhos da libertação. (In ELO nº9 - Abril 1975). ●



A ti, Mário...



...QUE SEMPRE foste um homem de ideais, um eterno inconformado, a modesta recordação de quem, nesta ocasião, pouco mais pode evocar, para além do facto de ter sido teu amigo.

Malquisto e bem amado, a um tempo, tiveste o condão de só criar amigos!

Deficiente injustiçado, nunca ninguém, nem a ADFA, conseguiu que o teu acidente, ocorrido em Mueda, brada aos céus!, tivesse merecido um despacho que te permitisse receber qualquer pensão ou assistência médica militares.

Tu foste daqueles que consagraram a vida à nossa Associação! Trabalhador da ADFA, quase desde os seus primórdios, primeiramente na Sede, depois na Delegação do Porto e de novo na Sede, onde te mantiveste ao serviço, até que a doença to

permitiu, foste sempre uma consciência crítica, e um dinamizador de batalhas contra o amorfismo e o adormecimento dos dirigentes associativos.

Sócio consciente forçaste reflexões, às quais nunca te furtaste, para que a ADFA trilhasse, constantemente, os caminhos da pureza dos ideais associativos e se mantivesse, sempre activa e vigilante, na defesa dos direitos dos deficientes militares, se bem que deles não colhias nenhum benefício pessoal.

Os que seguimos, mais de perto, o teu último combate, víamos como, trémulo, ia rodando, cada vez mais espaçadamente, o ponteiro dos segundos do relógio da tua vida, que, serenamente, parou no final da manhã de 23 de Abril.

Estão, agora, contentes os administradores de

processos encerrados com o carimbo da "injustiça"! o teu falecimento deu um fim definitivo, pela via biológica, a mais um caso, infelizmente não único, produto da intolerância, insensibilidade e legalidade cega dos promotores da justiça militar.

Acompanhámos, tal como o continuaremos a fazer, a tua mãe, esposa e filha, que foram um exemplo, pela força que te transmitiram e apoio que te dedicaram. Da forma como te vincaste, nas memórias delas e nas nossas, tu estarás sempre connosco, pois: Nunca se morre, quando se permanece no coração dos que ficam!

Mário, repousa em paz!

A família de Mário Villa-Lobos, agradece a todos os que, nesta hora difícil, lhe mostraram o seu apoio e solidariedade. Bem hajam.

«CENTRO MÉDICO AMATUS LUSITANUS»

URGÊNCIAS DENTÁRIAS & SERVIÇO MÉDICO PERMANENTE

Linda-a-Velha (01) 4192083 Lagos (082) 764189
 Algés (01) 411466 Castelo Branco (072) 321129
 Pinhal Novo (01) 2381694 Ambul. Tagus (01) 4784333

Convenções com ADME, ADSE, CGD, CTT, CABLESA, EDP, MJ, SAMS (outros ex. Marconi, Telecom)
 Atendimento privilegiado aos sócios da ADFA e reformados

Aberto aos sábados, domingos e feriados

TAGUS Protocolo ADFA ADM's
 AMBULÂNCIAS

A qualidade de um serviço moderno, eficiente e personalizado à disposição dos associados da ADFA.

(01) 478 43 33 FAX (01) 478 43 34
 Praceta das Descobertas, Ltº 9, Loja B-Paiã
 1675 PONTINHA



A feira do livro nasceu no Rossio

António Valdemar

Rossio começou dos anos 30. Ainda se viam indivíduos com monóculo. Tal como Eça de Queirós e alguns personagens dos seus romances. Os eléctricos circulavam nos dois extremos da praça, ora em direcção ao Terreiro do Paço, ora em direcção à Avenida da Liberdade. Táxis «palhinhas» e sidecars aguardavam clientes ao pé do Arco Bandeira. Não havia autocarros.

A Companhia Amélia Rey colação/Robles Monteiro era a concessionária do Teatro Nacional D. Maria II. Apresentavam a gastronomia e os extraordinários vinhos do Buçaco o Francfort e o Metrópole, dois hotéis da cadeia Alexandre de Almeida, um dos precursores da hotelaria e turismo em Portugal.

De manhã até ao princípio da madrugada, dois novos cafés vão concentrar sucessivas tertúlias: o Chave de Ouro, onde, em 1958, Humberto Delgado não hesitava em responder acerca de Salazar, no caso de ser eleito, «Obviamente demito-o»; e o Nicola, revestido de painéis evocativos da vida e da obra de Bocage, que, no fim do século XVIII, frequentara no Rossio um botequim com o mesmo nome.

Ao Suíço iam os Toureiros, ao Martinho actores do Nacional e uma chusma de monárquicos, muitos dos quais ligados ao Integralismo Lusitano. De vez em quando, havia bengaladas e murros com os republicanos e anarquistas, que abancavam na Brasileira do Rossio, uma das fornalhas da I República. Aqui se prepararam revoluções, fizeram-se e desfizeram-se ministérios.

Enquanto se conspirava contra a ditadura à mesa dos cafés e debaixo das velhas árvores, a polícia que, anos depois, daria lugar à Pide exercia vigilância sistemática, enchendo o Aljube, a Penitenciária e, mais tarde, o Tarrafal de presos políticos. Próximo, na Praça da Figueira, registava-se o movimento quotidiano do grande mercado de Lisboa. Durante o mês de Junho, era um dos espaços privilegiados para celebrar os Santos Populares.

De manhã e ao fim da tarde, compravam-se, na Mónaco, jornais estrangeiros. Já não parava à porta, ladeada pelos azulejos decorativos de Rafael Bordalo, falando com uns e com outros, o terrível Gualdino Gomes. Preferiu os cafés livrarias e esquinas do Chiado. Até morrer, com noventa anos de idade e um século de literatura e de má-língua.

29 de Maio de 1930. Carmona, Presidente da República, rodeado das autoridades municipais e outros políticos, inaugurou, oficialmente, a primeira edição de Feira do Livro, que, ano após ano, sempre na mesma época, chegou até nós, em vários outros locais da cidade. Durante doze dias montaram 17 barracas, armadas com ripas de madeira e cobertas de tecido. À noite, guardavam os livros dentro de arcas de madeira.

Foi promovida pela Associação da Classe dos Editores e Livrários de Portugal, que no regime corporativo de Salazar passou a designar-se Grémio Nacional dos Editores e Livrários e actualmente Associação Portuguesa dos Editores e Livrários.

Houve caça aos autógrafos. Aquilino, António Sérgio e Jaime Cortesão não compareceram. Estavam no exílio. Fernando Pessoa era, apenas conhecido de um pequeno número de admiradores. Ferreira de Castro lançara Os Emigrantes e a Selva, que dariam lugar a edições sucessivas e a traduções em quase todas as línguas. Todavia, o intelectual de projecção pública era Júlio Dantas.

A Feira, logo de início, teve grande impacto. Todos os anos atinge faixas da população que, regra geral, não frequenta as livrarias, nem faz parte da sua clientela tradicional. Nos vários locais onde tem funcionado, constitui não só local de exposição e de venda mas, também, o espaço de intervenção e debate num amplo contacto do público com os livros e os autores.●



DIRECTOR: António Carreiro
PROPRIEDADE: Associação dos Deficientes das Forças Armadas
Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Edifício ADFA 1600 - Lisboa
Telefone: 01 7570502 Fax 01 7571319



Deficientes em serviço iguais a DFA

Concretizada alteração legislativa

O MINISTÉRIO da Solidariedade e Segurança Social emitiu um despacho que põe em igualdade, para efeitos de acumulação do subsídio de desemprego com a pensão de invalidez, os deficientes em serviço e os deficientes em campanha. Ou seja, a pensão de aposentação por incapacidade dos deficientes das Forças Armadas passa a ser equiparada à pensão por acidente de trabalho podendo os deficientes militares em serviço passar a acumular o subsídio de desemprego com a pensão de invalidez (tal como já acontece com os deficientes em campanha).

O documento veio dar razão à ADFA, que há

já vários anos tentava alterar a situação, concordando com a argumentação jurídica da Associação que considerava que as pensões recebidas pelos deficientes militares resultantes do cumprimento do serviço militar obrigatório tinham, igualmente, "a natureza de indemnização pela redução ou perda da capacidade de ganho" e não uma compensação pela "perda de remuneração do trabalho" já que a deficiência resultava do "cumprimento de uma obrigação legal de prestações do serviço militar obrigatório". O despacho agora conhecido produzirá efeitos a partir da sua publicação em Diário da República (segunda série).● N.C.

Alteradas pensões de deficientes Coronéis

Situação antiga, decreto novo

Um decreto-lei que promove os deficientes das Forças Armadas graduados ao posto a que teriam ascendido se estivessem no activo foi aprovado, dia 23 de Abril, pelo Conselho de Ministros. O diploma vem resolver a situação dos chamados "capitães-coronéis". Militares deficientes com patente de coronel mas que recebem pensões como capitães pois era o posto que tinham na altura em que a Junta Médica os declarou deficientes. Esta decisão vem acabar com um problema que se arrasta desde que o Tribunal Constitucional declarou (Acórdão 538/96) a inconstitucionalidade de uma norma da portaria de 1976, por "violação do princípio de igualdade".

O diploma prevê que estes militares passem "a ter direito à pensão de reforma correspondente ao posto a que foram promovidos, e no escalão vencido à data de entrada em vigor do diploma, não havendo lugar

a retroactivos, mas ficando isentos do encargo de pagamento das quotas e diferenças de quotas devidas à Caixa Geral de Aposentações referentes aos postos a que entretanto foram sendo graduados, após a sua passagem inicial à reforma extraordinária".

Os interessados terão agora que pedir à Caixa Geral de Aposentações a revisão das pensões em requerimento instruído pelo Estado-Maior do respectivo ramo das Forças Armadas.

Sobre este assunto, a ADFA, numa carta enviada ao ministro da Defesa Nacional, António Vitorino, em Janeiro, considerava estranho que o diploma ainda estivesse em fase de decisão, sem que a Associação tivesse tido conhecimento do seu conteúdo, uma vez que em 18 de Abril de 1996 o ministro garantira à Associação que o referido diploma não seria levado a Conselho de Ministros sem que esta fosse ouvida, uma situação agora ultrapassada.●

Comissão Parlamentar

Depois de reunir com a ADFA, dia 24 de Abril, a Comissão Parlamentar de Defesa (CPD), presidida pelo deputado socialista Eduardo Pereira, prometeu averiguar os problemas expostos pelos membros da Associação. Durante o encontro, Humberto Sertório, Catarino Salgado e Jorge Maurício - responsáveis da ADFA - informaram a CPD das actuais reivindicações legislativas da Associação e sublinharam, junto do deputado, o facto destas terem sido entregues ao Ministério da Defesa há mais de um ano e ainda não existirem resultados que resolvam as questões mais graves, pois, com excepção da criação do Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes Militares, em Dezembro de 1996, e da recente alteração legislativa na acumulação do subsídio de desemprego, não foram tomadas quaisquer medidas de fundo. O encontro com a CPD insere-se no âmbito do estabelecido na Assembleia Geral Extraordinária realizada em Março na Delegação da ADFA no Porto.

Desconto na gasolina

Estão em fase terminal as negociações entre a Associação e a empresa Petrogal, no sentido dos associados da ADFA, familiares e trabalhadores, virem a beneficiar de desconto em combustíveis nos postos de abastecimento da gasoleira nacional. A assinatura do protocolo está prevista ainda para este mês e espera-se que o sistema de desconto entre em funcionamento a partir de 1 de Junho. No próximo número, o ELO espera publicar mais informações sobre esta matéria.

Reuniões com partidos

No seguimento das decisões da última Assembleia Geral Nacional Extraordinária, no Porto, elementos da Direcção Nacional da ADFA reuniram-se no dia 23 de Abril com o secretário geral do Partido Popular (PP), Manuel Monteiro, e no dia 2 de Maio com Domingo Antunes, do Partido Comunista Português (PCP). Em ambas as audiências os responsáveis da Associação procuraram sensibilizar os dois partidos políticos para a urgência das actuais reivindicações da ADFA. O líder do PP, Manuel Monteiro, considerou justas as razões apresentadas e lembrou que a descolonização não estará feita enquanto os problemas dos deficientes das Forças Armadas não estiverem resolvidos. Domingos Antunes, por seu lado, adiantou que o PCP está disposto a fazer uma intervenção no Parlamento para que sejam discutidos os problemas dos deficientes militares.

TODAS AS RAZÕES

para nos visitar...

Todos os modelos disponíveis



Atendimento personalizado



Técnicos especializados



... E MAIS ALGUMAS!

Temos preços excepcionais para Si que é associado da ADFA

Marque o seu ensaio Renault através da LINHA-VERDE 0800 21 1996

RENAULT CHELAS

Rua Dr. José Espírito Santo, Lt. 11-E

© 836 14 14



RENAULT